

MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D' OESTE SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO JORGE D' OESTE



GILMAR PAIXÃO Prefeito

RODRIGO LORENZONI Presidente da Câmara de Vereadores

ADIR MARAFON
EDSON RIBEIRO
LUIS MATEI
MAURO OBERGEN
OSMAR MARMIT
IDACIR DA ROCHA
SANDRO PAGNUSSAT
VALSIR COPELLI
Vereadores

JOVANDIR TESSARO Secretário Municipal de Educação e Cultura

ALEXSANDRA MIRI MARILEUSA HERPICH FROZZA NEIDE LORENCENA ROSÂNGELA ROOS Equipe Pedagógica



GRUPOS DE TRABALHO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO JORGE D'OESTE

MOBILIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA **DEMANDA**

JovandirTessaro Alexsandra Miri Marileusa H. Frozza Neide Lorencena Rosangela A. Roos

ENSINO MÉDIO Carmem Spagnolo Clarice Spagnolo Eliana Simioni Juliane Panasollo Juliano Brandielle Rosane Bordignon

CARACTERIZAÇÃO GERAL DO **MUNICÍPIO**

Alexsandra Miri Marileusa H. Frozza Neide Lorencena Rosangela A. Roos

EDUCAÇÃO INFANTIL

Adriana Bordignon Adriana Montegutti Ana Rita Ficagna Clarice Bohrer Ires Tussi Ivanir Piccolli Maria Belaver Marilene Sabadin Ficagna Solange Dacoregio Suzana Slobodian

ENSINO FUNDAMENTAL

Bernardete Lemes Claudete Tedesco / Fatima Bellorini Mareli Zuffo Marilce Colaça Mirna Pauli Nilva R. da Silva Odete Raitz Lucimar dos Santos Elizabete Mattei Marlene Gimiliano Batista

EDUCAÇÃO SUPERIOR, A DISTÂNCIA E TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS.

Adriana R. Alves Alice Parcianello Daiane Celeski Dirlei Zolet Jacqueline Schimidt Eckert Luana Sokolovski Maria Luiza Batistella Marinês Zuffo Thais Moreira

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Clarice Augustin Cristiana Sonsin Nogueira Elizete Parzianello Francieli Schemback Matildes Giesel Soares Sirlene Klein Sidiane Fracaro Michele Soares

EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

Elenilce Parcianello Ivete Frozza Marilei Bellandi Mirian Hevdt Sirlei Bezerra



EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Adelaide Griebeler
Carmem Priamo
Elisete Dalprá Magro
Luciane Malacarne
Sidiane Sulzbach
Sirleni Fay
Tereza Andreani
Sandro Márcio Pagnussat
Sidnei Batistela

EDUCAÇÃO ESPECIAL
Géssica Fernandes
Irene Ruviaro de Mello
Ivone Bonetti
Maria Darci G. da Silva
Maria Salete Tussi
Normélia Boareto
Salete Dacoregio
Tatiane Conter

FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES
DA EDUCAÇÃO DA REDE MUNICIPAL
DE EDUCAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO
MAGISTÉRIO
Alexsandra Miri
Joceane Miranda
José Ivanir Albuquerque
Mari Sutil
Marileusa H. Frozza
Maritânia Sehn

FINANCIAMENTO E GESTÃO DA REDE
MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Alexsandra Miri
Dirlei Lermen Oberger
Marileusa Herpich Frozza
Neide Lorencena
Rosangela Roos

SISTEMATIZAÇÃO DO PLANO
MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Alexsandra Miri
Marileusa Herpich Frozza
Neide Lorencena
Rosangela Roos



SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	80
LISTA DE FIGURAS	10
LISTA DE GRÁFICOS	11
LISTA DE TABELAS	12
I- INTRODUÇÃO	13
II- CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO	14
1. ASPECTOS GEOGRÁFICOS	14
1.1 Localização	14
1.2 Limites atuais	14
1.3 Clima	15
1.4 Vegetação	15
1.5 Solo e Relevo	15
1.6 Hidrografia	15
2. ASPECTOS HISTÓRICOS	16
2.1 Marcos Históricos	16
2.2 Símbolos Municipais	18
3. ASPECTOS POPULACIONAIS	19
4. ASPECTOS CULTURAIS	21
5. ASPECTOS EDUCACIONAIS	22
5.1 Resgate Histórico	22
5.2 Instituições de Ensino que ofertam a Educação Básica	25
III – DIRETRIZES GERAIS	29
IV – NÍVEIS DE ENSINO	21
1. EDUCAÇÃO INFANTIL	
1.1 Diagnóstico	
1.2 Objetivos e Metas	
2. ENSINO FUNDAMENTAL	41

2.1 Diagnóstico	41
2.1.1 Indicadores de qualidade do ensino	46
2.1.2 Índice de Desenvolvimento da Educação Básica	47
2.1.3 Recursos humanos	49
2.1.4 Gestão escolar	49
2.1.5 Escola em Tempo Integral	50
2.2 Objetivos e Metas	51
3. ENSINO MÉDIO	54
3.1. Diagnóstico	54
3.1.1 Indicadores de qualidade do Ensino	56
3.1.2 Exame Nacional do Ensino Médio	57
3.1.3 Gestão escolar	57
3.2 Objetivos e Metas	58
4. EDUCAÇÃO SUPERIOR	59
4.1 Diagnóstico	59
4.2 Objetivos e Metas	60
V – MODALIDADES DE ENSINO	62
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	62
1.2 Diagnóstico	62
1.3 Objetivos e Metas	63
2. EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS	65
2.1 Diagnóstico	65
2.1.1 Educação a Distância	65
2.1.2 Tecnologias Educacionais	65
2.2 Objetivos e Metas	65
3. EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA E FORMAÇÃO PROFISSIONAL	66
3.1 Diagnóstico	66
3.2 Objetivos e Metas	68
4. EDUCAÇÃO ESPECIAL	70
4.1 Diagnóstico	70
4.2 Obietivos e Metas	73

	VI – MAGISTÉRIO NA EDUCAÇÃO BÁSICA.	75
	1. FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO	75
	1.1 Diagnóstico	75
	1.2 Plano de Carreira do Magistério Público Municipal	75
	1.3 Profissionais da Educação	76
	1.2 Objetivos e Metas	77
	VII – FINANCIAMENTO E GESTÃO	79
	Financiamento e Gestão da Rede Municipal de Ensino	79
	1.1 Diagnóstico	79
	1.1.1 Financiamento	79
	1.1.2 Gestão	82
	1.1.2.1 Órgão Municipal de Educação	82
	1.1.2.2 Projetos	83
	1.1.2.3 Programas	83
	1.2 Objetivos e Metas	86
VII	I - ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO	89
DC	CUMENTOS CONSULTADOS	91
SIT	TES CONSULTADOS	92



LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACESJO Associação Comercial e Empresarial de São Jorge D'Oeste

ACRSA Associação de Produtores Orgânicos

APAE Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais

APED Associação Pedagógica Descentralizada

APM Associação de Pais e Mestres

APMF Associação de Pais e Mestres e Funcionários ARCAFAR Associação regional das Casas Familiares Rurais

CAE Conselho de Alimentação Rural

CAFAMI Casa Familiar Rural

CAJOR Central de Associações de Produtores Rurais

CEEBJA Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos

CEFET -PR Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná

CIN Centro de Integração de Estudantes
CITLA Clevelândia Industrial e Territorial LTDA
CNAS Conselho Nacional de Assistência Social

CNEG Campanha Nacional de Educandários Gratuitos

CTG Centro de Tradição Gaúcha
EJA Educação de Jovens e Adultos

EMATER Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural

ENEM Exame Nacional do Ensino Médio

ETUFPR Escola Técnica da Universidade federal do Paraná

FACINTER Faculdade Internacional de Curitiba

FAED Faculdade Educacional de Dois Vizinhos

FERA Festival de Arte

FNDE Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino

FPM Fundo de participação dos Municípios

FUNDEB Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de

Valorização dos Municípios.

FUNDEF Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e

Valorização do Magistério.

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.

IDEB Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

IDH Indice de desenvolvimento humano. IES Instituição de Educação Superior

IESDE Inteligência Educacional e Sistemas de ensino

INEP Instituto Nacional de Estudos e pesquisas Educacionais.



IPI Imposto sobre Produtos Industrializados.

IPTU Imposto sobre Serviços.

IPVA Imposto sobre Propriedades de Veículos Auto Motores.

ISS Imposto sobre Serviços.

ITBI Imposto sobre Transferência de Bens Imóveis.

ITDE Instituto Tecnológico de Desenvolvimento Educacional.

ITR Imposto territorial rural.

LDB Lei de Diretrizes e Bases.

LDBEN Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional.

LIBRAS Língua Brasileira de Sinais.

MEC Ministério da Educação e Cultura.

PDC Partido democrata Cristão.

PDDE Programa Dinheiro Direto na Escola.
PEA População Economicamente Ativa.

PIB Produto Interno Bruto.

PME Plano Municipal de Educação.

PNAC Programa Nacional de Alimentação Escolar para Creches.

PNAE Programa Nacional de Alimentação Escolar.

PNAP Programa Nacional de Alimentação Escolar Pré- Escola.
PNATE Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar.

PNBE Programa Nacional Biblioteca da escola.
PNLD Programa Nacional do Livro Didático.
PNSE Programa Nacional de Saúde do Escolar.

PROUNI Programa universidade para Todos.

PTA Plano de Trabalho de Apoio. PTB Partido Trabalhista de Apoio.

SAEB Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica.

SEED – PR Secretaria de Estado da Educação do Paraná.

SENAR- PR Serviço Nacional de aprendizagem Rural do Paraná.

SERE Sistema estadual de Registro Escolar.

UDN União Democrática Nacional.

UTFPR Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

VIZIVALI Faculdade Vizinhança Vale do Iguaçu.



LISTA DE FIGURAS

Mapa da localização do Município no Estado do Paraná	14
Mapa dos municípios limítrofes de São Jorge D'Oeste	15
Brasão Municipal	19
Indicadores Educação Infantil 0 – 3 anos	49
Indicadores Educação Infantil 4 e 5 anos	50
Indicadores – Ensino Fundamental	65
Taxa de Alfabetização que concluíram o 3º ano do Ensino Fundamental	65
Indicadores de escolas Públicas com alunos em Tempo Integral	72
Percentual da População de 15 a 17 anos que frequentam a escola	79
Taxa de alfabetização da População de 15 anos ou mais	85
Percentual da população de 4 a 17 anos com deficiência que frequentam	а
	102
Percentual de professores da educação básica com Pós Graduação	146
Organograma da Secretaria Municipal de Educação	153
	Mapa dos municípios limítrofes de São Jorge D'Oeste



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1.	População do Município. 1970/2010	19
Gráfico 2	População de São Jorge D'Oeste Gênero/Idade	20
Gráfico 3.	População na área urbana e rural	21
Gráfico 4.	Crianças de 0 a 5 anos no Município	32
Gráfico 5.	Centro de Educação Infantil	34
Gráfico 6.	Educação Infantil na Escola Ciranda da Vida	34
Gráfico 7.	Educação Infantil na Escola Municipal La Salle	35
Gráfico 8.	Educação Infantil na Escola Municipal Nossa Senhora da Lapa	36
Gráfico 9.	Educação Infantil na Escola Municipal Professor Jorge Guimarães	36
Gráfico 10.	Educação Infantil na Escola Municipal Sant'Ana	37
Gráfico 11.	Educação Infantil na Escola Municipal São Jorge	37
Gráfico 12.	Educação Infantil na Escola Municipal Paulo Freire	38
Gráfico 13.	Educação infantil no Município	38
Gráfico 14.	Alunos 1° ao 5° ano da Escola Municipal Nossa Senhora da Lapa	42
Gráfico 15.	Alunos do 1º ao 5º ano da Escola Municipal Ciranda da Vida	42
Gráfico 16.	Alunos do 1º ao 5º ano da Escola Municipal La Salle	43
Gráfico 17.	Alunos do 1º ao 5º ano da Escola Municipal Sant'Ana	43
Gráfico 18.	Alunos do 1º ao 5º ano da Escola Municipal Professor Jorge Guimarães.	43
Gráfico 19.	Alunos do 1º ao 5º ano da Escola Municipal Escola São Jorge	44
Gráfico 20.	Alunos do 1º ao 5º ano no Município de São Jorge D'Oeste	44
Gráfico 21.	IDEBs Observados e Metas projetadas para alunos do 5º ano	47
Gráfico 22.	IDEBs Observados e Metas projetadas para alunos do 9º ano	48
Gráfico 23.	Metas observadas em São Jorge D'Oeste	
Gráfico 24.	Metas projetadas para as Escolas de São Jorge D'Oeste	
Gráfico 25	Matrículas do Colégio Padre José de Anchieta E.M	54
Gráfico 26	Matrículas do Colégio Doutor Paranhos E.M	55
Gráfico 27	População segundo as atividades Econômicas	67
Gráfico 28	Evolução do PIB e da Renda Per capita no Município, 2010	68
Gráfico 29	Matrículas de Escola Especial	72
Gráfico 30	Nível de escolaridade dos Professores da Rede Municipal de Ensino	76
Gráfico 31	Nível de Escolaridade dos Professores da Rede Estadual de Ensino	77



LISTA DE TABELAS

Tabela 1.	Distribuição da população de São Jorge D'Oeste
Tabela 2.	Distribuição na área Urbana/Rural21
Tabela 3.	Estabelecimentos de ensino
Tabela 4.	Instituições que ofertam Educação Infantil
Tabela 5.	Projetos desenvolvidos na Educação Infantil
Tabela 6.	Instituições que atendem o Ensino Fundamental41
Tabela 7.	Alunos do 1º ao 5º ano – Rede Municipal41
Tabela 8.	Matrículas Séries Finais 2004/201445
Tabela 9.	Censo Escolar 2014 educação Básica no Paraná 2004/2014 45
Tabela 10.	IDEB observado e metas projetadas para o 5º ano47
Tabela 11.	IDEB observado e metas projetadas para o 9º ano48
Tabela 12.	IDEB observado e metas projetadas para as Instituições de São Jorge
D'Oeste	48
Tabela 13.	Matrículas do Ensino Médio 2010/201454
Tabela 14.	Matrículas do Ensino Médio no Colégio Doutor Paranhos 55
Tabela 15.	Taxas de aprovação, reprovação E. M. São Jorge – 2011/2014 56
Tabela 16.	Taxas de aprovação e reprovação, profissionais
Tabela 17.	Programas e cursos do EJA no Município, 2010, 2014 62
Tabela 18.	Recursos públicos destinados à Educação - 2012/2014 80
Tabela 19.	Convênios 2012/2014
Tabela 20.	Receita da Educação 2012/201480
Tabela 21.	Despesas da Educação 2012/2014 81
Tabela 22.	Percentuais de despesas sobre as receitas 2012/2014 82
Tabela 23.	Valores repassados às escolas PDDE 2012/201483
Tabela 24.	Despesas com transporte escolar 2011/201495
Tabela 25.	Gastos com merenda escolar 2011/2014



I. INTRODUÇÃO

O Plano Municipal de Educação – PME de São Jorge D'Oeste foi construído com a participação dos profissionais envolvidos na Educação Básica, além de outros representantes da sociedade civil organizada.

Além de estar dando cumprimento ao primeiro Plano Nacional de Educação que foi aprovado pela Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001 e teve vigência até a data de 9 de janeiro de 2011 e ao segundo e atual Plano Nacional de Educação que foi aprovado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 e terá vigência até 25 de junho de 2024, o presente plano garante os rumos da educação no Município ao estabelecer as diretrizes e metas para os próximos dez anos.

Com a sistematização das informações sobre a realidade educacional em todos os níveis, etapas e modalidades do ensino, apresentados nos diagnósticos, é possível verificar os pontos positivos já atingidos e os que devem ser consolidados, bem como os pontos que necessitam de maior atenção para construir um sistema educacional de qualidade desejável.

Desta forma, o Plano Municipal de Educação, constitui-se em uma ferramenta de grande importância para os avanços educacionais projetados por meio das metas elaboradas da sociedade para a sociedade.

10



II. CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO

1. ASPECTOS GEOGRÁFICOS

1.1 Localização

O município de São Jorge D'Oeste localiza-se no Sudoeste do Estado do Paraná, na região Sul do Brasil, a uma latitude de 25°53'05" Sul e Longitude 52°56'00" Oeste. A área total do Município é de 382,364km², estando a uma altitude média de 520 metros acima do nível do mar.



FIGURA 1. Mapa da localização do Município no Estado do Paraná.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o Jorge d%27Oeste

O Município se distancia a 450km da capital Curitiba, pela rodovia BR-475 e 570km de Porto de Paranaguá, pela BR-277. O aeroporto mais próximo, localizado em Cascavel, fica a uma distância de 320km, pela BR-277.

1.2 Limites atuais



Os municípios limítrofes são: ao Sul, Verê; ao Norte, Quedas do Iguaçu; a Leste, São João; a Oeste, Dois Vizinhos e a Noroeste, Cruzeiro do Iguaçu.

FIGURA 2 – Mapa dos municípios limítrofes de São Jorge D'Oeste



FONTE: IPARDES - NOTA: Base Cartográfica ITCG (2010).

1.3 Clima

O clima é subtropical temperado, com temperatura média do mês mais quente superior a 22° centígrados.

1.4 Vegetação

No início da colonização o Município contava com expressivas variedades de vegetação como imbuia, cedro, angico, peroba e araucária, mas com o passar dos anos, acabou dando lugar às plantações, campos e algumas reservas nativas. São 4.008 hectares de mata nativa e 380 hectares de área de reflorestamento.

1.5 Solo e Relevo

O solo predominante é o de terra roxa estruturada com afloramento de rochas, manchas de latossolos e cambissolos próximos de rios, com grande área de terras férteis, cuja análise do solo constatou grande quantidade de cobre, ferro, manganês, potássio, cloro e outros.

1.6 Hidrografia

A rede hidrográfica conta com dois principais rios: O Rio Iguaçu e o Rio Chopim.



2. ASPECTOS HISTÓRICOS

2.1 Marcos Históricos

O Município tem um passado marcado por lutas e bravuras de homens de coragem, que acima de tudo acreditavam na prosperidade do lugar. Foi por meio do pioneiro Coronel José Rupp que tudo começou. Morando em Joaçaba, estado de Santa Catarina, ele e sua equipe de trabalho fornecia material dormente (cada uma das travessas em que se assentam os trilhos da estrada de ferro) e mão-de-obra para a Companhia de Ferro São Paulo – Rio Grande do Sul.

No entanto, como não receberam os pagamentos pelos serviços prestados à companhia, José Rupp e sua mulher Emérita Bueno Rupp, moveram uma ação ordinária de cobrança para obterem da mesma o pagamento a que julgavam ter direito. O efeito judicial ocorreu pela Décima Vara Civil do Distrito Federal. A Companhia Estrada de São Paulo – Rio Grande do Sul foi condenada a pagar com juros, a dívida, a partir de 1938, perfazendo o total de Cr\$ 8.320.000,00 (oito milhões e trezentos e vinte mil cruzeiros). Mas, como a dívida se alongava desde 1920, José Rupp e sua esposa, solicitaram a modificação da sentença para retroagir os juros.

Com a sentença ganha, mas sem conhecimento de tramitação judicial, José Rupp e sua esposa, por escritura pública lavrada no cartório do Sexto Ofício de Notas do Distrito Federal, cederam e transferiram seus direitos à CITLA (Clevelândia Industrial e Territorial Limitada).

Cessionária dos direitos e ações do casal Rupp, a CITLA propôs à superintendência das empresas incorporadas ao Patrimônio Nacional, a liquidação de seu crédito por via de um acordo, tendo em vista que a Companhia Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande do Sul estava incluída entre as empresas incorporadas ao Patrimônio Nacional pelos Decretos-Leis nº 2.436, de março de 1940, e 2.436, de 22 de julho de 1940, pertencentes à Brasil Railway Company.

A comissão nomeada pelo Presidente da República, Getúlio Vargas, opinou decidida e categoricamente pela aceitação da proposta, a fim de pôr termo à execução da sentença contra os bens da Companhia Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande. Face ao parecer da comissão, a superintendência nacional realizou o acordo proposto por via de escritura pública, de 17 de novembro de 1950, tomada nas notas do Tabelião do Sexto Ofício do Distrito Federal. Desta forma, a CITLA recebeu para a extinção completa de crédito, reconhecendo judicialmente as glebas de terras de propriedade da Companhia Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, as glebas denominadas "Missões" e parte da gleba "Chopin", situadas no Paraná, na comarca de Clevelândia.

No dia / de junho de 1958, lavrou-se escritura publica pelo Oltavo Tabellao, sendo adquirente por doação de pagamento, José Rupp e transmitente a CITLA, sendo repassado ao interesse o montante de 5.904,80 (cinco mil, novecentos e quatro hectares e oitenta ares), equivalente a 2.440,00 (dois mil, quatrocentos e quarenta alqueires paulistas)



no valor de Cr\$ 1.952.000,00 (um milhão, novecentos e cinquenta e dois mil cruzeiros), mais imóveis em Curitiba.

Mesmo não recebendo o valor equivalente à dívida que arrolava na justiça, o Coronel José Rupp prosseguia com a intenção de colonizar as terras recebidas. As experiências adquiridas nos sertões catarinenses contribuíram para o espírito de desbravador do Coronel José Rupp. Ao sobrevoar o local, identificando as terras pelas proximidades de Foz no Iguaçu (hoje Salto Osório), o Coronel via na imensa área de floresta das terras férteis no Sudoeste do Paraná, um futuro de desenvolvimento promissor.

De acordo com relatos do Doutor Antônio Paranhos, de 13 de dezembro de 1968, José Rupp necessitava de pessoas qualificadas para o planejamento da colonização. Antônio Paranhos foi procurado pelo Coronel em 1952, na cidade do Rio de Janeiro, antiga capital do Brasil, pois o colonizador tinha interesse em fundar um Núcleo Colonial que obedecesse às condições técnicas modernas da colonização. Mesmo com experiências nos sertões catarinenses, reconhecia que não tinha a orientação técnica necessária. O Doutor Paranhos com conhecimento de legislação agrária expôs a José Rupp os métodos de colonização adotados no Uruguai e na França.

Em março de 1953, a primeira expedição ocupou a gleba, composta por José Henrique Rupp (filho de José), Ary Francisco Rupp (sobrinho de José) e de vários peões.

A primeira etapa da viagem, em busca das novas terras, terminava nas Águas do Verê. Deste lugar para frente foi necessário atravessar o Rio Chopin até atingir a outra margem. Tempos depois, a expedição atingiu as margens de um Rio denominado por eles de Faxina, porque o local servia para a higiene pessoal e também era onde limpavam as caças e as pescas. Com terreno propício, construíram o primeiro acampamento, denominado de Fazenda Velha. Objetivando centralizar-se na Fazenda em meio às matas, os colonizadores atingiram outro rio, o qual denominaram de Rio Faxininha. Neste local, outros acampamentos foram levantados, iniciando-se a história da Fazenda São Jorge, assim denominada por ser o Coronel José Rupp devoto de São Jorge.

No ano de 1959, começou a grande imigração de alemães e italianos, provenientes de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, que chegavam com o objetivo de conhecer e colonizar o sertão.

As vilas cresciam e a instalação do Município não demorou a acontecer. Na década de 1950, a vila passou a pertencer ao município de Chopinzinho, que tinha como Prefeito, nesta época, Armim Matte, como Governador do Paraná, Moisés Lupion e como Presidente da Nação, Eurico Gaspar Dutra.

Em 25 de junho de 1960, pela Lei nº 4.245, São Jorge se transformou em Distrito, antes mesmo do município vizinho, São João. Um ano após, em 1961, São João passou a ser Município e como representante do Distrito de São Jorge, José Henrique Rupp foi eleito vereador.

No dia 24 de junho de 1963, pela Lei nº 4.730, foi declarada a emancipação política de São Jorge, mas somente no dia 23 de novembro é que foi realmente homologado o Parecer de instalação municipal, ficando esta, a data oficial.



Com a emancipação, houve a necessidade de eleger um prefeito. Com menos de 500 eleitores, em 6 de outubro de 1963, e pertencendo à Comarca de Chopinzinho, São Jorge D'Oeste escolhia seu administrador público, concorrendo pela coligação PDC-PTB (Partido Democrata Cristão — Partido Trabalhista Brasileiro), Ary Francisco Rupp, candidato do Governo do Estado e pelo partido de oposição, a UDN (União Democrática Nacional), concorria Luiz Poyer. A eleição foi ganha por Ary Rupp, com 250 votos contra 168 de Luiz Poyer.

2.2 Símbolos Municipais

O Brasão e a Bandeira foram instituídos por meio da Lei Municipal nº 50/72. **FIGURA 3:** Brasão do Município de São Jorge D'Oeste.



Fonte: http://www.pmsjorge.pr.gov.br/home.php?pg=mapas

No Brasão Municipal, estão representados, na parte interna:

- ✓ No centro, uma cruz que simboliza a fé;
- ✓ Na parte inferior, à direita da cruz, encontra-se o globo sobre um livro, tendo ao lado um tinteiro e uma pena, simbolizando o ensino e a cultura;
- ✓ Ao lado e à direita da cruz, simbolizando a indústria, estão as chaminés sobre os prédios industriais;
- ✓ Ao lado e à esquerda da cruz, simbolizando o potencial energético, encontrase uma torre com os respectivos fios;
- ✓ Na parte inferior, à esquerda da cruz, o terreno sulcado simboliza o potencial agrícola;
- ✓ A cor amarela que parte da cruz, lançando-se sobre os demais símbolos, significa a luz cristã que orienta o povo sanjorgense em sua fé e o azul, ao fundo, simboliza o firmamento de São Jorge D'Oeste.



Na parte externa, em cima, simbolizando a emancipação e a riqueza do Município, encontra-se uma coroa amarela com cinco torres. Em baixo, encontra-se uma faixa vermelha, com o nome do Município e sustentando a faixa está à direita uma haste de milho e à esquerda uma de trigo. Abaixo da faixa vermelha a data da instalação do Município.

A Bandeira Municipal é de cor branca, contendo no centro, o Brasão do Município.

O Hino Municipal foi instituído por meio da Lei Municipal nº 26/71, tendo a letra e música de Vera Vargas. Os versos e estrofes que compõem o Hino são:

Onde o rio Iguaçu acolheu
No regaço o ondulante Chopin
Minha terra querida nasceu
Toda ungida de bênçãos sem fim
Tem o nome do Santo Guerreiro
Como linda predestinação
Para um povo que luta altaneiro
Arrancando o progresso do chão

São Jorge D'Oeste
De sol e esplendores
Que os vales revestem
De espigas, de flores
Aqui vibra a alma agreste
Dos heróis colonizadores

Mil riquezas qual torrente pulsante Florescendo nos campos a luz A um destino soberbo e triunfante Teu futuro risonho conduz E na usina que ao longe anuncia O valor de um arrojo febril Salto Osório garante a energia Propulsora do sul do Brasil

3. ASPECTOS POPULACIONAIS

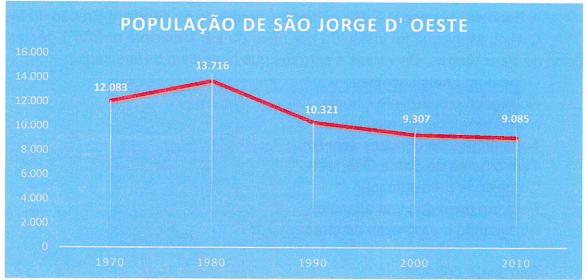
3.1 O Município recebeu imigrantes vindos em sua maioria de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, predominando desta forma, os descendentes de italianos, alemães e portugueses.

A contagem da população, divulgada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em 2010, foi de 9.085 habitantes, verificando-se que há um decréscimo



populacional anual na ordem de -0,94%. A população em idade ativa no Município é de 7.061.

GRÁFICO 1: População de São Jorge D' Oeste de 1970 até 2010



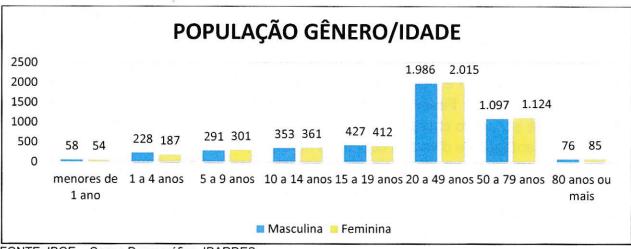
FONTE: IBGE - Censo Demográfico, IPARDES

TABELA 1: DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO

FAIXA ETÁRIA	MASCULINA	FEMININA	TOTAL
Menores de 1 ano	58	54	112
De 1 a 4 anos	228	187	415
De 5 a 9 anos	291	301	592
De 10 a 14 anos	383	361	744
De 15 a 19 anos	427	412	839
De 20 a 49 anos	1.986	2.015	4.001
De 50 a 79 anos	1.097	1.124	2.221
De 80 anos ou mais	76	85	161
TOTAL	4.546	4.539	9.085

FONTE: IBGE -Censo Demográfico, IPARDES

GRÁFICO 2: População de São Jorge D'Oeste conforme gênero/idade.



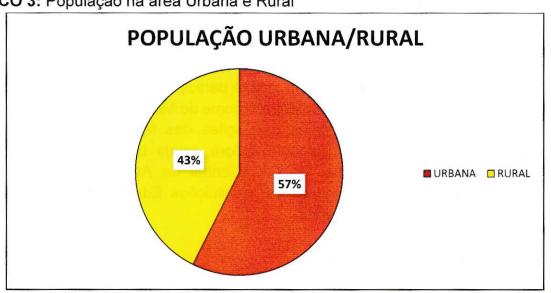
FONTE: IBGE - Censo Demográfico, IPARDES

Em relação à população residente na área urbana e rural, constata-se que há ainda grande parte da população que permanece na zona rural, contrastando com a maioria dos municípios.

TABELA 2: População na área Urbana e Rural

POPULAÇÃO	TOTAL
Urbana	5.214
Rural	3.872
TOTAL	9.085

GRÁFICO 3: População na área Urbana e Rural



Fonte: http://convivaeducacao.org.br/platform/tools/pme_diagnostics- visto 03/05/2015

4. ASPECTOS CULTURAIS



Os feriados municipais são: no dia 23 de abril em comemoração ao Padroeiro São Jorge e no dia 23 de novembro, comemora-se a emancipação política do Município.

Os principais eventos culturais do Município são:

- Fest Queijo: Festa que resgata a tradição italiana;
- Oktoberfest: Festa da tradição alemã promovida anualmente pela Igreja Luterana, onde é servido o chopp e comidas diversas da culinária alemã. São dois dias de festa com apresentação de diversos conjuntos musicais;
 - Deutchfest: com comidas atividades típicas da comunidade alemã;
- Rodeio Crioulo: Realizado todo ano, sem data específica em diversas comunidades, destaca o Município em nível de Brasil, rodeio com gado e diversas atrações, além da comida tipicamente gaúcha;
- Festa do Padroeiro São Jorge: Comemorado no primeiro domingo após o dia
 23 de abril, tendo como cardápio churrasco e saladas diversas;
 - Festas dos padroeiros das capelas pertencentes a Matriz São Jorge;
- EXPOSÃOJORGE, Feira do comércio e indústria, exposição e comercialização de produtos orgânicos;
- Festa da Uva: Realizada todo ano, no mês de janeiro, com comercialização de uvas e vinhos. A organização é do Clube da Melhor Idade da cidade;
- Jantares italiano, mantendo a tradição das comidas típicas e seus costumes, realizado pelo Círculo Italiano da cidade.
 - Procissão de Corpus Christi, com confecção de tapetes alusivos;
- Festas Juninas: Promovidas pelas escolas municipais e estaduais. A partir de 2013 acontece a festa junina integrada das escolas municipais.
 - Gaitaço: Encontro de gaiteiros na comunidade de Iolópolis;

Na área do esporte são realizados campeonatos onde se destacam as modalidades de futebol suíço, futebol de campo, bocha, bolão, karatê e voleibol.

Outras formas de manifestações culturais existente no Município acontecem por meio do Coral Municipal, Circo- Arte e Vida, que já participaram de eventos em municípios do Paraná e outros estados levando a cultura e o nome do Município.

As entidades responsáveis pelas promoções das festas e das manifestações culturais são: Grupo de Senhoras da Consoladora, Igreja Luterana, CTG (Centro de Tradições Gaúchas), Igreja Católica, CAJOR (Central de Associações de Produtores Rurais), Associação Comercial e Industriais, Instituições Educacionais e a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

5. <u>ASPECTOS EDUCACIONAIS</u>

5.1 Resgate Histórico

A predominância da origem italiana e alemã no Município, influenciou na educação local. O italiano, mesmo com estilo patriarcal, em que o filho homem era educado para administrar e cuidar dos negócios, não descuidava nos incentivos educacionais da filha



mulher, em que esta, deveria casar-se e ser dona-de-casa ou estudar e ser professora. O alemão, num estilo mais exigente, buscava as alternâncias entre o trabalho organizado e as histórias repassadas de pai para filho na decoração e estética das moradias, ou no estilo arrojado da fabricação caseira de doces. No entanto, os filhos, tanto homens como mulheres, eram incentivados a buscarem, por meio dos estudos, a sua autonomia profissional.

No início da colonização, por volta de 1958, era latente a preocupação dos colonizadores com os estudos dos filhos. Embora existisse oferta de trabalho, pois a agricultura e a pecuária supriam a mão-de-obra existente, a comunidade preocupava-se em oferecer o estudo às crianças, como forma de prepará-las para o futuro.

Embora o ensino tenha se desenvolvido lentamente, decorrente da falta de estrutura, as poucas alternativas que haviam eram aproveitadas. Os mais estudados do local, neste sentido, semiprofissionais (com a 4ª série completa) repassavam seus conhecimentos, muitas vezes em suas próprias casas, aos que necessitavam de auxílio, barganhando com mercadorias os seus ensinamentos.

Neste período, em que o único meio de comunicação existente era o rádio, a escola era tida como um ponto de ascensão, pois era nela que as informações eram repassadas.

No dia 28 de fevereiro de 1968, foi instituído no Município o curso ginasial por meio do Ginásio Manuel Luis Osório, instituição educativa confessionalmente católica, que tinha como objetivo dar à juventude formação integral ao perfeito conhecimento de seus deveres para com Deus, com a Pátria e com a Família. Mantido pela comunidade, por meio de sócios da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG), mais tarde passou a denominar-se Ginásio Agrícola de São Jorge D'Oeste, no qual frequentavam 269 alunos. Anos mais tarde (sem precisar a data), passou a denominar-se Ginásio São Jorge, sendo que as aulas aconteciam no Pavilhão da Igreja Católica.

Neste mesmo período, entrou em funcionamento o Ginásio Agrícola Estadual, no Distrito Paranhos, onde os alunos e sócios eram isentos de parcelas de contribuição. Com o surgimento desta instituição, que era estadualizada, houve uma disputa muito acirrada, pois alguns alunos se deslocavam da sede do Município para frequentarem a instituição no Distrito de Paranhos e outros permaneciam na sede do Município, frequentando o Ginásio São Jorge, só que pagando mensalidade.

Em 1974, de comum acerto e a pedido de autoridades, houve um deslocamento de salas de aula do Ginásio Estadual Doutor Antônio Paranhos para a sede municipal. Desta forma, o funcionamento do Ginásio São Jorge, que tinha como diretor o Padre João Nalon, se tornou inviável, vindo a paralisar temporariamente as suas atividades por falta de salas de aula, uma vez que a extensão do Ginásio Estadual Doutor Paranhos começaria a funcionar no mesmo local do Ginásio São Jorge.

Os alunos que completavam o Ginásio e queriam prosseguir nos estudos precisavam deslocar-se para Clevelândia.

Em 1970, foi instituída a Escola Técnica de Comércio Rui Barbosa, advinda da Campanha Nacional de Educandários da Comunidade (CNEC). Neste período, a Escola

contava com 40 alunos, tendo como diretor Armando Vicente Novaczyk, DorliHerter, como secretária, e Agenor Veronese, presidente do CNEC. A escola se mantinha com as mensalidades cobradas dos alunos e da ajuda da comunidade em geral. Em 1974, a Escola passou a chamar-se Colégio Comercial Rui Barbosa.

O Município estava sendo provido com cursos profissionalizantes, mas havia a carência para os interessados em estudar o magistério, sendo que estas pessoas precisavam se deslocar para os locais onde havia esta oferta e que em geral era da rede particular de ensino.

Em 1975, na gestão do prefeito Cyro Poyer, ocorreu a instalação do curso de Magistério no Município, sob a direção da Irmã Anna Macarini de Lucca e Adelarte Umiltro Debortoli, como presidente da CNEC.

A partir do ano de 1988, o ensino de segundo grau passou a incorporar ao quadro do Ginásio Estadual Padre José de Anchieta, que ofertava o curso Técnico em contabilidade e o Magistério. Em 1998, foi extinto o curso técnico (na época com 41 alunos) e em 1999, foi extinto o curso de magistério (contando com 36 alunos) por decreto do Governo do Paraná. Estes dados mostram que ainda existia demanda para o ensino profissionalizante, em especial na área do magistério.

A partir do ano de 1999, a denominação de segundo grau passou a ser Educação Geral, não profissionalizante, deixando o Município desprovido de cursos de ensino profissionalizante.

Durante todo o processo educacional do Município, foram surgindo muitas escolas rurais que ofereciam o ensino de modo multisseriado, ou seja, onde um professor atendia as quatro séries do Ensino Fundamental. Mas, com a redução significativa dos alunos em muitas localidades e com a finalidade de ofertar aos alunos um ensino de qualidade, faz-se necessário nuclerizar algumas escolas e fechar outra.

TABELA 3: Estabelecimentos de ensino.

	Estabelecimentos	Localização	Resolução
1.	Escola Rural Municipal Presidente Castelo Branco	Linha Bonito Grande	2.483/83
2.	Escola Rural Municipal Olavo Bilac	Salto Osório	3.209/95
3.	Escola Rural Municipal São Roque	Linha São Roque	3.726/93
4.	Escola Rural Municipal Nossa Senhora do Rosário	Iolópolis	5.256/93
5.	Escola Rural Municipal São Sebastião	São Sebastião	3.614/97
6.	Escola Rural Municipal João Paulo I	Linha União	3.614/97
7.	Escola Rural Municipal Santa Luzia	Santa Luzia do Iguaçu	3.614/97
8.	Escola Rural Municipal Nossa Senhora do Carmo	Nossa Sra do Carmo	2.989/97
9.	Escola Rural Municipal Pio XII	Linha Azul	2.989/97
10.	Escola Rural Municipal São Francisco	São Francisco	2.989/97
11.	Escola Rural Municipal Paulo VI	Santo Antônio	3.208/95
12.	Escola Rural Municipal Cristo Rei	Linha Guaraipo	2.823/98
13.	Escola Rural Municipal José Rupp	Linha Esser	4.331/99
14.	Escola Rural Municipal São Luiz Gonzaga	Linha Robetti	4.331/99
15.	Escola Rural Municipal São Geraldo	São Geraldo	4.331/99
16.	Escola Rural Municipal Nossa Senhora Consoladora	Consoladora	4.331/99



V		
17. Escola Rural Municipal Nossa Senhora de Lourdes	Linha Mezaroba	4.331/99
18. Escola Rural Municipal Nossa Senhora de Fátima	Linha Nossa Sra de Fátima	4.331/99
19. Escola Rural Municipal São Cristóvão	Linha São Cristóvão	4.331/99
20. Escola Rural Municipal Terra Boa	Linha Terra Boa	4.331/99
21. Escola Rural Municipal Vinte de Julho	Linha São Roque	4.331/99
22. Escola Rural Municipal Sete de Setembro	Linha Sete de Setembro	4.331/99
23. Escola Rural Municipal Rui Barbosa	Linha Salmoura	4.331/99
24. Escola Rural Municipal Santo Antonio	Linha Veronese	4.331/99
25. Escola Rural Municipal São Judas Tadeu	Linha São Judas	4.331/99
26. Escola Rural Municipal Santa Terezinha	Linha Veronese	4.331/99
27. Escola Rural Municipal Perobal	Linha Perobal	4.331/99
28. Escola Rural Municipal Oswaldo Cruz	Alagado do Iguaçu	4.331/99
29. Escola Rural Municipal Nossa Senhora da Salete	Volta Grande	4.331/99
30. Escola Rural Municipal Nossa Senhora Aparecida	Linha Agostini	4.331/99
31. Escola Rural Municipal João XXIII	Volta Grande	4.331/99
32. Escola Rural Municipal Dom Carlos	Linha Gaúcha	4.331/99
33. Escola Rural Municipal São José	Linha Serraria Nova	4.331/99
34. Escola Rural Municipal Machado de Assis	Linha Martinello	4.331/99
35. Escola Rural Municipal Santa Cruz	Linha Santa Cruz	4.331/99
36. Escola Rural Municipal São Pedro	Linha Flor da Serra	4.331/99
37. Escola Rural Municipal Parigot de Souza	Linha Paixão	4.331/99
38. Escola Rural Municipal Professor Gildi Frozza	Coronel Henrique Rupp	2.909/99
39. Escola Rural Municipal Rocha Pombo	Linha São Dutra	3.792/00
40. Escola Rural Municipal Presidente Costa e Silva	Linha Pres. Costa e Silva	3.792/00
41. Escola Rural Municipal Sagrado Coração de Jesus	Linha Guaraipo	2.632/02
42. Escola Rural Municipal Tiradentes	Linha Tiradentes	2.632/02
43. Escola Rural Municipal Sant'Ana	Nova Sant'Ana	2.632/02

Com a cessação destas 43 escolas, entre os anos de 1983 a 2002, a rede municipal de ensino ficou, em 2015, com um total de sete instituições de ensino.

5.2 Instituições de Ensino que ofertam a Educação Básica

Centro Municipal de Educação Infantil Monsenhor Guimarães Jorge. O estabelecimento de ensino localiza-se no Bairro da Lapa. Desde janeiro de 2013 na nova sede na Rua Emerita Rupp, S/N, tem133 alunos, para atender essas crianças são dezesseis professores efetivos, três professores auxiliares, dezesseis professores estagiários auxiliares de sala de aula, uma diretora, uma pedagoga, duas cozinheiras e três zeladoras. Criada pelo Decreto Municipal nº 054/99, de 28 de outubro de 1999, recebeu a denominação de Creche Municipal Monsenhor Jorge Guimarães. Pelo decreto n 026/2000 passou a chamar-se oficialmente "Centro Municipal de Educação Infantil Monsenhor Guimarães Jorge". A Instituição oferta o Berçário, Maternal I, Maternal II e Jardim I, em período integral.

Escola Municipal La Salle – Educação Infantil e Ensino Fundamental. Localizada no Distrito de Iolópolis, foi criada pelo Decreto n 050/91, de 15 de julho de 19991. A Escola é



mantida pelo Poder Público Municipal, contando em 2015, com 35alunos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental anos iniciais, no período vespertino. Os alunos são filhos de pequenos agricultores, avicultores e de boias-frias, oriundos da localidade e das comunidades vizinhas. A Escola conta com 12profissionais entre eles professores, direção e serviços gerais, também a escola oferece no período contrário oficinas pedagógicas.

Escola Municipal Nossa Senhora da Lapa – Educação Infantil e Ensino Fundamental. Regulamentada pelo Decreto Estadual n 2,325/93 e pelo Decreto Municipal n 050/91, situa-se no Bairro da Lapa, na zona urbana, desde a década de 1950. A Escola oferta a Educação Infantil e o Ensino Fundamental dos anos iniciais, num total de 214 alunos. Para este atendimento, conta com 16 profissionais, entre eles, professores, direção, auxiliares de serviços gerais e merendeiras.

Escola Municipal Ciranda da Vida – Educação Infantil e Ensino Fundamental. Criada pelo decreto Municipal nº 049/91, localiza-se na Linha São Pio X, zona rural, funcionando no período matutino com turmas de Educação Infantil e Ensino Fundamental dos anos iniciais, num total de 29 alunos e 07 funcionários. Os alunos, filhos de pequenos agricultores e boias-frias, são oriundos da própria comunidade e também de comunidades de Linha Azul e Vila Rural Adelarte De Bortoli. A escola oferece oficinas pedagógicas no período contrário.

Escola Municipal São Jorge – Educação Infantil e Ensino Fundamental. Localizada no centro da cidade, foi criada por meio do Ato administrativo n 1.721/82 e é mantida pelo Poder Público Municipal. A Escola possui turmas nos períodos matutino e vespertino, num total de 321 alunos e 35 funcionários. Os alunos são filhos de comerciantes, funcionários do comércio e indústrias, agricultores e bóias-frias, oriundos da cidade e de grande parte de interior do Município.

Escola Municipal Sant'Ana – Educação Infantil e Ensino Fundamental. Situada no Distrito de Nova Sant'Ana, ficou desativada por alguns anos, voltando a funcionar em 2005 por reivindicação da própria comunidade. A escola conta com turmas de Educação Infantil e Ensino Fundamental dos anos inicias, num total de 59 alunos. Para este atendimento conta com 10 profissionais. Os alunos são oriundos da própria comunidade e das comunidades de Rocha Pombo, Taquaraçú, São Judas e Linha Guaraipo.

Escola Municipal Professor Jorge Guimarães — Educação Infantil e Ensino Fundamental. Localizada no Distrito de Dr. Antônio Paranhos, conta com turmas de Educação Infantil e Ensino Fundamental dos anos iniciais, num total de 105alunos e 17profissionais. O ensino Fundamental foi autorizado pela Resolução nº 3.620/91, de 15 de setembro de 1991, e a Educação Infantil por meio da Resolução nº 426/97 de 07 de fevereiro de 1997.



Escola Estadual de Iolópolis – Ensino Fundamental. Localizada no distrito de Iolópolis, é mantida pelo poder público Estadual. A Escola foi criada em 1973 e reconhecida pelo Decreto nº 50/79, contando em 2015 com 14alunos, divididos em 3 turmas no período matutino. Para atender estes alunos, que são filhos de pequenos agricultores, avicultores e boias-frias, oriundos do próprio distrito e de comunidades vizinhas, a Escola conta com 16 profissionais. Além disso, se faz presente os colegiados da APMF (Associação de Pais, Mestres e Funcionários) e do Conselho Escolar. A escola compartilha sua estrutura física com a Escola Municipal La Salle.

Escola Estadual Pio X – Ensino Fundamental. Localizada na comunidade de São Pio X, zona Rural, foi criada pela Resolução nº 16/81. É mantida pelo Governo do Estado, funcionando no período vespertino, com turmas do Ensino Fundamental dos anos finais, num total de 39alunos. O quadro funcional é composto por 14 professores, uma direção, 02 pedagogas, um secretário escolar e 02 auxiliar de serviços gerais. A escola tem o apoio da APMF e do conselho escolar, compartilhando sua estrutura física com a escola Municipal Ciranda da Vida.

Escola Estadual Nova Sant'Ana – Ensino Fundamental. Situada no Distrito de Nova Sant'Ana, é mantida pelo Poder Público Estadual desde a sua criação em 1960. Conta com a APMF, que juntamente com a comunidade, promove eventos que ajudam na manutenção da mesma. A Escola compartilha sua estrutura física com a Escola Municipal Sant'Ana e funciona no período vespertino possuindo um quadro de 12 professores, 02 funcionários de serviços gerais, um secretário um pedagogo, para atender 29alunos oriundos da própria comunidade e das comunidades circunvizinhas.

Colégio Estadual Padre José de Anchieta – Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional. O Colégio Estadual Padre José de Anchieta está localizado à Avenida Coronel Henrique Rupp-761, no centro de São Jorge D' Oeste e jurisdicionado ao NRE de Dois Vizinhos. Iniciou suas atividades no ano de 1979, conforme resolução nº 12/81 DOE 08/01/82, atualmente funciona em três turnos: manhã, tarde e noite atendendo 676 alunos nas modalidades: Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissional e atua como Escola Base da Casa Familiar Rural onde é ofertado o curso Técnico em Agroecologia, com 3 turmas.Reconhecimento Res. 3266/82 DOE 07/01/83m. A última alteração foi em 2012.

Escola Estadual Doutor Paranhos – Ensino Fundamental e Médio. Encontra-se localizada no Distrito de Dr. Antônio Paranhos. Em 1983, o estabelecimento de ensino, por meio da Resolução nº 2.150, passou a ser denominada de Escola Estadual Doutor Paranhos – Ensino de 1º grau, com reconhecimento de funcionamento em 10 de janeiro de 1983, por meio da Resolução nº 3.262/83. Em 11 de setembro de 1988, por meio da Resolução n3.120/98, passou a denominar-se Escola Estadual Doutor Paranhos – Ensino Fundamental. Em 13 de fevereiro de 2006, por meio da Resolução n 338, foi autorizado o

27



funcionamento do Ensino Médio, passando o estabelecimento de ensino e denominar-se de Colégio Estadual Doutor Paranhos – Ensino Fundamental e Médio. O colégio funciona no período matutino, com o ensino fundamental e noturno com o ensino Médio, atendendo um total de 87 alunos no Ensino Fundamental, 02 administrativos e dois funcionários de serviços gerais. O colégio compartilha sua estrutura física com a Escola Municipal Professor Jorge Guimarães.

Escola Paulo Freire – Educação Infantil, Ensino Fundamental anos iniciais e Educação Profissional/inicial na modalidade de Educação Especial. Foi fundada no dia 5 de maio de 1989, começando a funcionar em prédio cedido pela Prefeitura Municipal. No dia 21 de abril de 1994, foi inaugurada sua sede própria no centro da cidade. Desde janeiro de 2012 passa a funcionar como Escola de Educação Básica Paulo Freire na Modalidade de Educação Especial, conforme a resolução 3.600/2011. Esta escola é mantida pela APAE (Associação de Pais e amigos dos Excepcionais), com o apoio dos poderes públicos federal, estadual e municipal. Atende 73 alunos matriculados, sendo estes divididos em 10 turmas. Contamos com 14 professores, 02 atendentes, 02 auxiliar de serviços gerais, 01 merendeira, 01 motorista e equipe multiprofissional composta por uma psicóloga, uma fonoaudióloga, uma fisioterapeuta, uma terapeuta ocupacional, uma assistente social e um psiquiatra.

Casa Familiar Rural (CAFAMI). Localizada na Linha Santa Bárbara, distante dois quilômetros da sede do Município, é mantida pela Prefeitura e pela ARCAFAR/Sul (Associação Regional das Casas Familiares Rurais da Região Sul), jurisdicionada ao Núcleo Regional de Dois Vizinhos. Foi inaugurada no dia 13 de junho de 1997, numa área construída de 485,86m². Iniciou as suas atividades como Escola de Qualificação em Agricultura neste mesmo ano.



III - DIRETRIZES GERAIS

_

·

 $\overline{}$

O desenvolvimento econômico, social e humano de uma sociedade baseada na informação, no conhecimento e na aprendizagem, requer um investimento na introdução de novas competências nas escolas, no ensino superior e ao longo da vida. Neste âmbito, propõe-se para a educação do Município a abordagem inovadora, na formação das novas gerações, proporcionando meios que as pessoas conquistem seus espaços de forma digna e autônoma.

Neste contexto, torna-se necessário o desenvolvimento de políticas que assegurem a integração de todos os níveis da educação, incluindo a formação de professor e a gestão administrativa e institucional. A obtenção de resultados concretos para estes grandes desafios aponta as seguintes diretrizes:

- A universalização do atendimento da Educação Básica, especialmente o Ensino Fundamental e Médio e de forma progressiva, a Educação Infantil;
- A garantia da qualidade da escola com foco na aprendizagem do aluno;
- O estabelecimento de programas para atender aos alunos com dificuldades de aprendizagem, reduzindo com estas medidas as taxas de repetência e evasão;
- O apoio as instituições do Município, estabelecendo regimes de colaboração, parcerias e intercâmbios entre os docentes e discentes, como forma de valorizar a cooperação e desenvolvimento individual e coletivo de projetos que visam a melhoria da qualidade de vida;
- A garantia de programas de superação do analfabetismo para jovens e adultos;
- A inclusão do atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais prevendo recursos técnicos, humanos e pedagógicos;
- O estabelecimento de parcerias com instituições públicas e privadas para a oferta de cursos a distância em nível técnico e superior;
- A articulação, junto aos órgãos competentes, para a implantação de cursos profissionalizantes, em nível técnico integrado ou subsequente ao Ensino Médio;
- A preparação e orientação básica para a integração dos jovens no mundo do trabalho;



- A garantia de um plano de carreira do magistério público municipal, contemplando níveis de remuneração, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação;
- A implantação de programas diversificados de capacitação continuada visando a melhoria do desempenho pedagógico das instituições escolares, incluindo a formação dos professores para a educação inclusiva;
- O estabelecimento de parcerias entre a rede municipal e estadual, para ofertar capacitação continuada aos professores do Ensino Fundamental, de forma a evitar a ruptura entre o primeiro e o segmento desta etapa de ensino;
- O cumprimento do art. 212da Constituição Federal que trata da aplicação dos percentuais mínimos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino;
- A plena autonomia do dirigente municipal de educação na gestão dos recursos vinculados à educação;
- A implementação de propostas pedagógicas; considerando as diretrizes curriculares Nacionais, bem como as necessidades educacionais especiais e as diversidades culturais;
- A implantação de conselhos escolares ou outras formas de participação da comunidade escolar nas instituições escolares;
- Os investimentos em materiais pedagógicos que atenda às necessidades específicas das diferentes áreas do conhecimento da base nacional comum e da parte diversificada;
- A incorporação das novas tecnologias na educação e o estabelecimento de políticas de investimentos e equipamentos e qualificação de recursos humanos;
- O estabelecimento de parcerias com a Saúde e Ação Social para o atendimento dos alunos e respectivos familiares;
- A viabilização de uma escola de qualidade com acessos a todos os alunos, implementando os padrões de infra-estrutura de acordo com a legislação educacional;
- Garantia do acesso seguro à escola por meio do oferecimento de transporte escolar gratuito;
- A manutenção do programa da alimentação escolar, em quantidade e qualidade suficiente para suprir as necessidades nutricionais dos alunos.



IV - NIVEIS DE ENSINO

1. EDUCAÇÃO INFANTIL

1.1. DIAGNÓSTICO

A Educação Infantil tem por finalidade o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. É oferecida gratuitamente em creches para crianças até 3 anos de idade e em pré-escolas para crianças de 4 e 5 anos.

A Constituição Federal de 1988 reconheceu, pela primeira vez, as creches e préescolas como instituições de educação, de direito da criança, dever do Estado e opção da família. Porém, ainda que houvesse evidências de que o dever do Estado deveria se materializar na oferta de uma educação pública, gratuita e de qualidade para as crianças até 5 anos de idade, constata-se que o dispositivo constitucional não assegurou amplamente tais direitos a todas as crianças. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 integrou a Educação Infantil aos sistemas de ensino e conferiu-lhe a responsabilidade de primeira etapa da Educação Básica. A promulgação dessa lei desencadeou outras mais que alteraram a organização desses sistemas. A exemplo disso, podemos citar duas importantes mudanças legais: a primeira refere-se ao término da escolarização da pré-escola, que reduziu-se de 6 para 5 anos em decorrência da antecipação da entrada das crianças de 6 anos no Ensino Fundamental. A segunda foi introduzida pela Lei 12.796/2013, a qual determinou à família a obrigatoriedade de matricular as crianças na Educação Básica a partir dos 4 anos de idade, o que imputa ao Estado a obrigação de ofertar Educação Infantil às crianças de 4 e 5 anos. Além dos direitos da criança, é preciso pensar políticas públicas para a autonomia e emancipação da classe trabalhadora, principalmente, da mulher trabalhadora. É possível conferir a necessidade dessa garantia de direitos por meio de dados da Pesquisa Mensal de Emprego – PME, realizada pelo IBGE entre 2003 e 2011, divulgada em 08/03/2012:

No município de São Jorge D' Oeste nos últimos 05 anos nasceram 569 crianças destas, atualmente 344 crianças tem de 0 a 03 anos e 225 crianças de 04 a 05 anos de acordo com o levantamento feito junto o Centro Municipal de Saúde.

O município possui oito instituições que ofertam a Educação Infantil, sete pertencem a rede Municipal de Ensino e uma instituição de ensino conveniada.

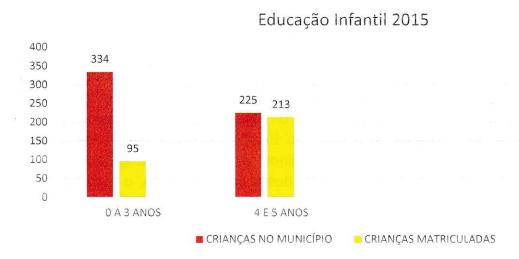
O Centro Municipal de Educação Infantil Monsenhor Guimarães Jorge, mantido pelo Poder Público Municipal, é o único estabelecimento de ensino na rede que atende exclusivamente a Educação Infantil em período integral, e como instituição educacional, atende crianças de 6 meses a 4 anos, priorizando as provenientes das famílias de baixa renda e preferencialmente se os pais trabalham fora.

Os outros seis estabelecimentos de ensino da rede municipal atendem a Educação Infantil de 4 a 5 e o Ensino Fundamental, anos iniciais. A Escola de Educação Especial Paulo Freire, também oferta Educação Infantil de 0 a 5 anos e Ensino Fundamental, anos iniciais.

TABELA 4: Instituições que ofertam Educação Infantil - 2015

		Faixa Etária	N°	N° de
	Nome da Instituição		Alunos	turmas
01	CMEI Monsenhor Guimarães Jorge	0 a 4 anos	134	08
02	Escola Municipal Ciranda da Vida	4 a 5 anos	03	01
03	Escola Municipal La Salle	4 a 5 anos	13	01
04	Escola Mun. Nossa Senhora da Lapa	4 a 5 anos	39	02
05	Escola Mun. Professor Jorge Guimarães	4 a 5 anos	28	02
06	Escola Municipal Sant'Ana	4 a 5 anos	15	01
07	Escola Municipal São Jorge	4 a 5 anos	71	03
80	Escola Paulo Freire (APAE)	0a 5 anos	05	01
	Total		308	19

GRÁFICO 4: Crianças de 0 a 5 anos no município



Fonte: Censo secretaria de Educação e Secretaria de Saúde

FIGURA 4 – Indicadores da população de 0 a 3 anos que freguentam a escola.

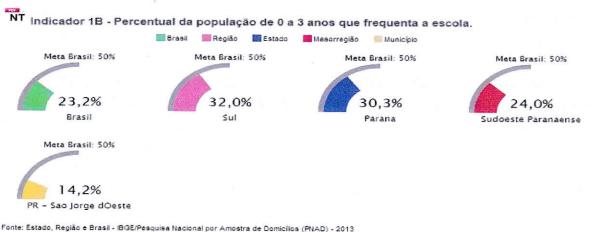
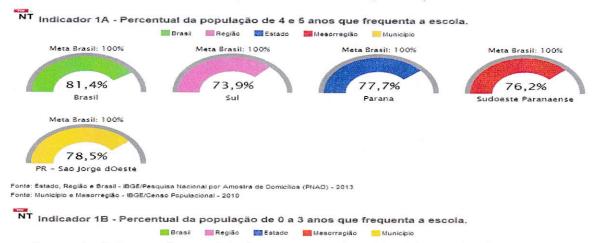


FIGURA 5 - Indicadores da população de 4 e 5 anos que frequentam a escola

Fonte: Município e Mesorregião - IBGE/Censo Populacional - 2010



Segundo informações coletadas nas escolas Municipais de São Jorge D' Oeste determinou-se que: Oitenta e oito crianças são oriundas de famílias beneficiárias de programas de transferência de rendas que estão matriculadas na Educação Infantil, sendo essas de classe baixa.

No CMEI o berçário atende 06 alunos por professor, Maternal I 12 alunos por professor, Maternal II 12 alunos por professor, e Educação Infantil de 20 a 24 alunos por professor.

Na rede Municipal de Ensino não há registro de alunos portadores de necessidades especiais, na Escola conveniada Paulo Freire atende 05 alunos portadores de necessidades especiais onde recebem atendimento complementar e suplementar na mesma escola.

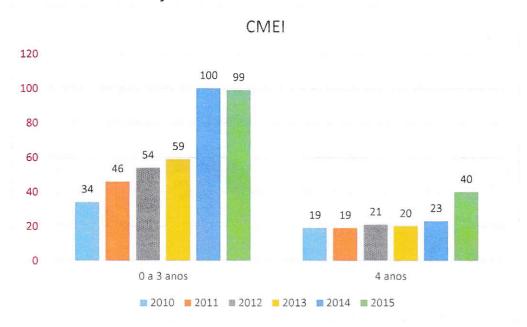
No Município temos oito escolas que oferta Educação Infantil:

Centro Municipal de Educação Infantil Monsenhor Guimarães Jorge O CMEI Monsenhor Guimarães Jorge, está localizado no bairro Nossa Senhora da Lapa, Rua Emerita Rupp, S/N, atende 133 alunos matriculados.Para atender essas crianças temos, dezesseis professores efetivos, três professores auxiliares, dezesseis professores



estagiários auxiliares de sala de aula, uma diretora, uma pedagoga, duas cozinheiras e três zeladoras. O prédio encontra-se em boas condições, tem acessibilidade para os alunos com necessidades especiais, a cozinha é ampla e bem ventilada, refeitório amplo e arejado, água encanada, energia elétrica, esgoto com fossa séptica, extintores suficientes para prevenção e risco de incêndios, uma biblioteca, acesso à internet, todas as salas possuem ar condicionado e são bem arejado com janelas grandes, solários em todas as salas, possui um parque e áreas externas com grama para atividades diversas.

GRÁFICO 5: Centro de Educação Infantil



Escola Municipal Ciranda da Vida, está localizada na comunidade de São Pio X, atende três alunos na Educação infantil com um professor regente. O prédio encontra-se em boas condições de uso com pintura nova e espaços adequados as práticas pedagógica. A escola tem um banheiro adequado aos alunos com necessidades especiais, a cozinha é pequena e arejada, não tem refeitório, água encanada de poço artesiano, com energia elétrica, o esgoto tem caixas sépticas. A devida escola possui extintores suficientes para prevenção a riscos de incêndios, um laboratório de informática com cinco computadores e uma biblioteca com acesso à internet banda larga, as salas são bastante arejadas com janelas grandes, possuindo ventiladores, a escola conta com uma quadra esportiva descoberta, para as práticas esportivas usa-se a quadra do ginásio de esportes da comunidade, possui um parque e área externa.

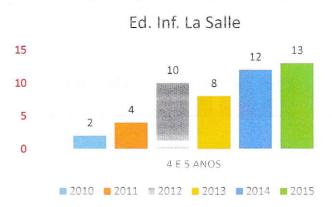
GRÁFICO 6: Educação Infantil na Escola Municipal Ciranda da Vida.



Escola Municipal La Salle está localizada no distrito de Iolópolis possui treze alunos matriculados na Educação Infantil para atender esses alunos contam com uma professora graduada e com especialização. A escola possui cinco salas de aula sendo que uma funciona a biblioteca em anexo, possui uma cozinha, uma sala para secretaria, uma sala para professores, um laboratório de informática em anexo e dois banheiros destinados aos alunos e um para professores e funcionários. Possui um amplo terreno. O prédio é cedido pela Escola Estadual do Campo de Iolópolis estando em ótimo estado de conservação, com acesso razoável para alunos com necessidades especiais. Acessibilidade arquitetônica da cozinha e refeitório apresenta ótimas condições de atendimento aos alunos. A Escola Municipal La Salle recebe água da rede pública, energia elétrica e saneamento básico atendendo os padrões estabelecidos. Quanto à prevenção de incêndio a escola por estar em consonância com a Escola Estadual do Iolópolis apresenta projeto completo de prevenção de incêndio e seus riscos. O laboratório da escola é do Pro-Infro estando em ótimo estado de conservação sendo usado nas aulas de informáticas e para pesquisa e trabalhos escolares. Possuímos materiais de apoio didático e pedagógico aos professores, acesso à internet banda larga. A climatização é realizada com ventiladores. O espaço para práticas de esportes é feito na quadra de cimento bruto, possui um parque infantil.

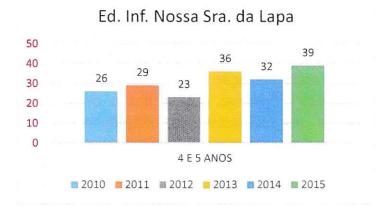
■ 2010 ■ 2011 ■ 2012 ■ 2013 ■ 2014 ■ 2015

GRÁFICO 7: Educação Infantil na Escola Municipal La Salle.



Escola Municipal Nossa Senhora da Lapa está localizada no Bairro da Lapa, Avenida Paraná S/N. Funciona em dois períodos, estão matriculados 39 alunos na Educação Infantil divididos em duas turmas. O prédio encontra-se e em bom estado de funcionamento, acessibilidade, cozinha e refeitório, água tratada, energia e saneamento básico, fossa séptica, laboratório de informática, biblioteca, acesso a internet banda larga, salas com climatização, existência quadra para prática esportiva, adequada a idade das crianças. Extintores suficientes para a prevenção de incêndios. Possuindo parque para atividades externas.

GRÁFICO 8: Educação Infantil na Escola Municipal Nossa Senhora da Lapa.



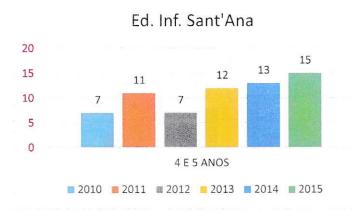
Escola Municipal Professor Jorge Guimarães, situada no distrito de Doutor Antônio Paranhos. Atende 28 crianças de Educação Infantil, divididos em dois turnos com professores com especialização. O prédio encontra-se em boas condições, adequadas as práticas pedagógica, acessibilidade arquitetônica, cozinha e refeitório, acesso a água, energia e saneamento, laboratório de informática e biblioteca, acesso a internet banda larga, a climatização é feita com ar condicionado, quadra prática esportiva e brinquedos externos.

GRÁFICO 9: Educação Infantil na Escola Municipal Professor Jorge Guimarães.



Escola Municipal Sant´Ana, localiza-se no Distrito de Nova Santana, atende 15 anos de alunos de Educação Infantil no período da manhã, com professor com especialização. O prédio encontra-se regular para o uso, com acessibilidade regular, cozinha, água tratada, energia, saneamento básico, extintores, biblioteca.

GRÁFICO 10: Educação Infantil na Escola Municipal Sant'Ana.



Escola Municipal São Jorge, localizada na Avenida Iguaçu no centro da cidade. Atende 67 alunos divididos em três turmas manhã e tarde, para atender esses alunos conta-se com três professores com especialização e dois professores estagiários para auxiliar. O prédio encontra-se em boas condições de uso, espaços adequados às práticas pedagógicas, com algumas adaptações para alunos com necessidades especiais, cozinha com refeitório, bebedouros com água gelada e tratada, energia elétrica, esgoto com caixas sépticas, extintores, laboratório de informática com 15 computadores e acesso à internet, biblioteca com acervos de literatura infantil e Infanto-juvenil, sala de recurso multifuncional, salas climatizadas, quadra esportiva coberta e dois parques infantis.

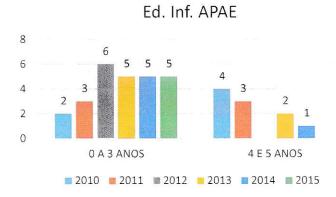
GRÁFICO 11: Educação Infantil na Escola Municipal São Jorge



Escola Paulo Freire. A mesma está localizada na Rua Francisco Debortolli, atende cinco alunos da Educação Infantil, com professor com especialização em educação especial. O prédio encontra-se em boas condições com acessibilidade, possui cozinha,

refeitório, acesso a água, energia, saneamento básico, biblioteca em conjunto com a sala dos professores, acesso a internet e quadra coberta. Existe um bom acompanhamento pedagógico, a família é atuante nas necessidades dos educandos, a escola possui materiais didáticos, acompanhamento psicológico, fonoaudiólogo, fisioterápico, e terapias ocupacionais, assistente social, bem como psiquiátrico.

GRÁFICO 12: Educação Infantil na Escola Paulo Freire



As matrículas de crianças de 0 a 5 anos de idade aumentaram significativamente nos últimos 5 anos no município de São Jorge D' Oeste. A expansão do atendimento nesta modalidade atribui-se à necessidade da criança em iniciar suas atividades pedagógicas o quanto antes para um melhor desenvolvimento de seu aprendizado. Esse crescimento pode ser observado no gráfico abaixo:

GRÁFICO 13: Educação Infantil no município





As escolas da Rede Municipal de ensino estão todas documentadas com PPP, Regimento Escolar, Autorização de Funcionamento, Conselho Escolar, APM. A rede municipal de ensino tem uma Equipe Pedagógica que auxilia as escolas, composta por pedagogas, psicóloga e nutricionista.

Em nosso Município temos cento e oitenta alunos da Educação Infantil que utiliza transporte escolar, a maioria destes alunos são filhos de agricultores que residem na zona rural do município, há monitores que acompanham o transporte escolar, somente para os alunos que frequentam o CMEI. A Escola conveniada Paulo Freire possui cinco alunos que utilizam transporte escolar com acompanhante fornecido pela escola.

Os alunos do Jardim de 05 anos recebem apostila do positivo adquirida pelo município. Durante o ano letivo as instituições de ensino procuram desenvolver projetos educacionais voltados a faixa etária das crianças da Educação Infantil, enfocando temas voltados ao meio ambiente, higiene e leitura.

Projetos desenvolvidos pelas instituições de Educação Infantil da rede municipal e conveniados.

,			
Nome do	Número de	Número de	
projeto	instituições	alunos	Objetivo do projeto
	envolvidas	participantes	
Leitura	07	306	Desenvolver o gosto pela leitura
Agrinho	03	57	Meio ambiente e saúde
Higiene	01	05	Desenvolver hábitos de higiene

05

Desenvolver hábitos saudáveis

TABELA 5: Projetos desenvolvidos na educação infantil.

01

A grande maioria dos equipamentos das Escolas Municipais é mantida pela prefeitura e também por recursos próprios das escolas através de promoções que as mesmas realizam durante o ano. A única escola em tempo integral é o CMEI – Monsenhor Guimarães Jorge que atende 134 crianças. Com base no diagnóstico e a meta da universalização, vimos a necessidade da construção de no mínino mais dois centros de educação infantil.

1.2. OBJETIVOS E META

Alimentação

- 1.2.1 Universalizar a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 04 e 05 anos de idade e ampliar a oferta de Educação Infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50%(cinquenta por cento) das crianças de até 03 (três) anos até o final da vigência deste PNE.
- 1.2.2 Expandir, a partir da aprovação deste plano, a oferta do atendimento da Educação Infantii na rede pública municipal, de Educação Infantii, de forma que seja atendida a demanda existente, principalmente na faixa etária de 0 a 03 anos de idade.



- 1.2.3 Assegurar, a partir da vigência desse Plano, a qualidade do atendimento nas instituições municipais de Educação Infantil, prevendo espaços físicos, equipamentos, brinquedos e materiais adequados, considerando as necessidades educacionais especiais e a diversidade cultural.
- 1.2.4 Admitir, a partir da vigência deste Plano, somente profissionais na rede pública municipal com a formação mínima exigida pela legislação educacional vigente.
- 1.2.5 Assegurar, a partir da aprovação deste Plano, a valorização dos profissionais da Educação Infantil, promovendo sua participação em programas de capacitação continuada.
- 1.2.6 Garantir, a partir da vigência deste Plano, a valorização dos profissionais nãodocentes que atuam na Educação Infantil, por meio de programas de capacitação continuada.
- 1.2.7 Assegurar, a partir da vigência deste Plano, o atendimento nas instituições municipais de Educação Infantil de profissionais como fonoaudiólogo, psicólogo e psicopedagogo.
- 1.2.8 Garantir, a partir da vigência deste Plano, o atendimento as crianças com necessidades educacionais especiais na instituição de Educação Infantil, prevendo profissionais especializados e infra-estrutura adequada.
- 1.2.9 Estabelecer, a partir da vigência deste Plano, ações que propiciem o fortalecimento das relações entre as instituições de Educação Infantil e as famílias e/ou responsáveis pelas crianças de 0 a 05 anos matriculados nestas instituições.
- 1.2.10 Garantir, a permanência da qualidade para as crianças atendidas nas instituições municipais de Educação Infantil, assegurando o comportamento de um profissional na área de nutrição, como forma de garantir os níveis calórico-proteicas por faixa etária.
- 1.2.11 Garantir, a partir da vigência deste Plano, a oferta de transporte escolar para as crianças que moram na zona rural ou localidades distantes e que frequentam nas instituições de Educação Infantil no Município.
- 1.2.12 Manter no Plano Municipal a manutenção dos parques infantil nas instituições municipais.
- 1.2.13 Manter a ampliação e manutenção da rede municipal e aquisição de equipamento com vista a: expansão e a melhoria da rede física das escolas públicas de Educação Infantil, para atender a população até 03 anos de idade.
- 1.2.14 Implantar, em caráter complementar, programas de orientação e apoio as famílias, por meios de articulações das áreas de educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças até 03 anos de idade.
- 1.2.15 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na Educação Infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda em colaboração com famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância.
- 1.2.16 Construção de novos centros de educação para atender esta demanda.



- 1.2.17 Estabelecer, com base no Projeto de Lei Nº 597, de 2007, o qual limita o número de alunos por turma/professor conforme segue abaixo.
 - I cinco crianças de até um ano, por adulto, na creche;
 - II oito crianças de um a dois anos, por adulto, na creche;
 - III treze crianças de dois a três anos, por adulto, na creche;
 - IV quinze crianças de três a quatro anos, por adulto, na creche ou pré-escola;
 - V vinte alunos de quatro a cinco anos, por professor, na pré-escola;
 - VI vinte e cinco alunos por professor, nos cinco primeiros anos do Ensino fundamental;
 - VII trinta e cinco alunos por professor, nos quatro anos finais do Ensino fundamental e no ensino médio.

2. ENSINO FUNDAMENTAL

2.1 DIAGNÓSTICO

O município de São Jorge D'Oeste possui seis estabelecimentos de ensino municipais e seis estaduais (incluindo a APAE) que ofertam o Ensino Fundamental, o mesmo é dividido em duas etapas: I (anos iniciais) e II (anos finais).

Os anos iniciais compreendem do 1º ao 5º ano. Os anos finais do 6º ao 9º ano. Com a reformulação da LDB em 2006, conforme Lei nº 11.274/2006, o Ensino Fundamental passa a ser de nove anos, com idade recomendados seis aos quatorze anos.

O Ensino Fundamental das séries iniciais é de responsabilidade do Poder Público Municipal desde 1991 (ano da municipalização) e os anos finais são ofertados nas Instituições Estaduais, de responsabilidade do Poder Público Estadual.

TABELA 6: Instituições que atendem ao Ensino Fundamental, 2015

	NOME DA INICTITUIÇÃO	ALLINOS	TUDMAG	NÚMERO	S DE PROFISS	SIONAIS
	NOME DA INSTITUIÇÃO	ALUNOS	TURMAS	SUPORTE		DEMAIS
				PEDAGÓGICO	DOCENTES	SERVIDORES
1.	Escola Municipal Ciranda da Vida	30	06	01	09	03
2.	Escola Municipal La Salle	36	06	01	09	01
3.	Escola Municipal Nossa Senhora da	209	11	02	33	04
	Lapa					
4.	Escola Mun.Professor Jorge Guimarães	121	07	01	14	04
5.	Escola Municipal Sant'Ana	58	07	01	09	01
6.	Escola Municipal São Jorge	335	18	02	20	15
7.	Escola Estadual do Campo de Iolópolis	17	03	01	12	03
8.	Escola Estadual do Campo de Pio X	51	04	02	14	06
9.	Escola Estadual do Campo Nova	26	04	01,	14	04
	Sant'Ana			3		
10.	Escola Estadual do Campo Dr. Antônio	109	04	02	17	03
	Paranhos					
11.	Escola Estadual Padre José de Anchieta	342	31	06	57	18

76 2



12. Escola Paulo Freire (Apae)	73	10	02	14	12
13. TOTAL	1.404	111	103	222	74

Fonte: Dados das Escolas Municipais e Estaduais do Município de São Jorge D'Oeste, 2015

TABELA 7: ALUNOS DE 1º AO 5º ANO - REDE MUNICIPAL

ESCOLA MUNICIPAL	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Escola Ciranda da Vida	29	33	34	29	38	26
Escola La Salle	16	19	26	23	24	24
Escola Nossa Sra. Da Lapa	93	127	141	150	175	174
Escola Professor Jorge Guimarães	91	116	114	98	95	87
Escola Sant'Ana	14	42	46	42	40	44
Escola São Jorge	286	269	305	269	257	249
TOTAL	529	606	666	611	629	604

GRÁFICO 14: Alunos 1º ao 5º ano da Escola Municipal Nossa Senhora da Lapa

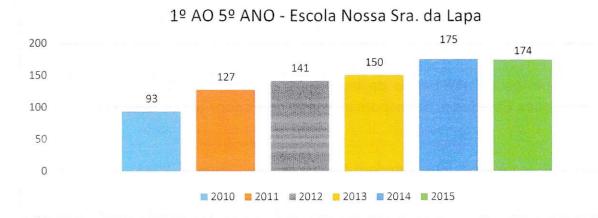


GRÁFICO 15: Alunos 1º ao 5º ano da Escola Municipal Ciranda da Vida.

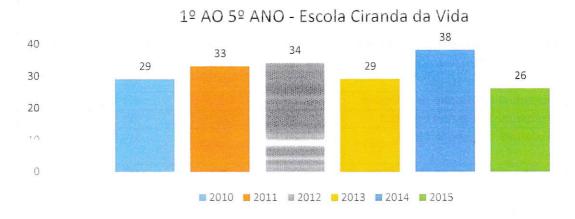




GRÁFICO 16: Alunos 1º ao 5º ano da Escola Municipal La Salle

1º AO 5º ANO - Escola La Salle

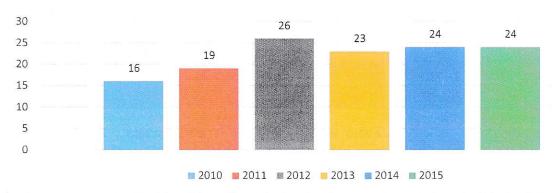


GRÁFICO 17: Alunos 1º ao 5º ano da Escola Municipal Sant'Ana



GRÁFICO 18: Alunos 1º ao 5º ano da Escola Municipal Professor Jorge Guimarães.

1º AO 5º ANO - Escola Professor Jorge Guimarães

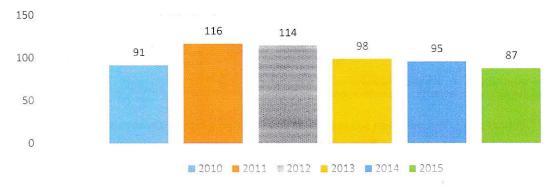


GRÁFICO 19: Alunos 1º ao 5º ano da Escola Municipal São Jorge



1º AO 5º ANO - Escola São Jorge

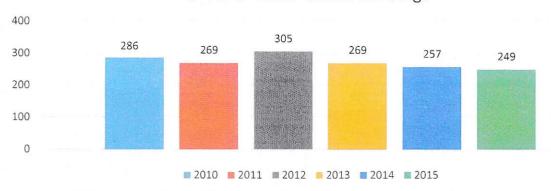


GRÁFICO 20: Alunos 1º ao 5º ano No município de São Jorge D'Oeste.

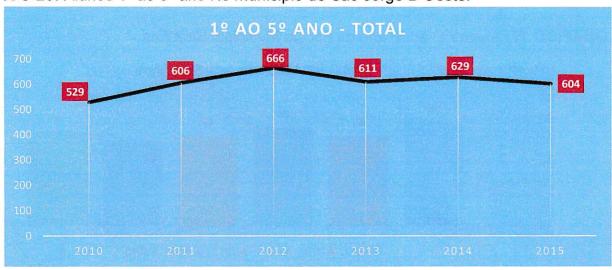
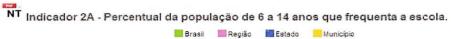
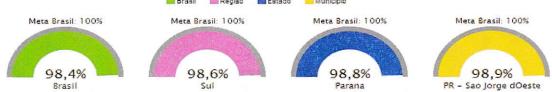


FIGURA 6: Indicadores do Ensino Fundamental que frequentam a escola.





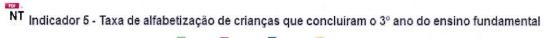
Fonte: Estado, Região e Brasil - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicítios (PNAD) - 2013 Fonte: Município e Mesorregião - IBGE/Censo Populacional - 2010

NT Indicador 2B - Percentual de pessoas de 16 anos com pelo menos o ensino fundamental concluído.





FIGURA 7: Taxa de Alfabetização que concluíram o 3 º ano do Ensino Fundamental.





Fonte: Estado, Região e Brasil - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) - 2013 Fonte: Município e Mesorregião - IBGE/Censo Populacional - 2010

Pelo fato de muitos alunos serem da zona rural, há a necessidade de oferecer transporte escolar, o que ocorre de forma adequada e eficaz por parte do Poder Público Municipal, o que qualifica o ensino no município.

TABELA 8: Matrículas do Ensino Fundamental, séries finais, 2004-2014 ENSINO FUNDAMENTAL - SÉRIES/ANOS INICIAIS

the second second second			1			1						
DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	% Variação 2013 / 2014
Estadual	40.889	37.460	30.984	26.399	24.222	19.460	12.829	7.646	5.040	3.375	3.191	-5,5%
Federal	0	0	0	0	٥	0	0	٥	0	0	0	0,0%
Municipal	768.419	749.290	735.958	760.916	760.963	748.235	726.812	687.421	691.732	695.917	684.798	-1,6%
Particular	69.687	70.945	71.986	79.273	85.389	90.675	93.834	97.626	104.458	109.196	114.435	4,896
Total	878.995	857.695	838.928	866,588	870.574	858.370	833,475	792.693	801.230	808,488	802.424	-0,8%

Fonte: Seed/Sude/Diplan - Coordenação de Informações Educacionais

ENSINO FUNDAMENTAL - SÉRIES/ANOS FINAIS

	_		LI4:	211101011	C/MILITI	AL VEN	icoj mito.	211117112		,		
DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	% Variação 2013 / 2014
Estadual	713.389	703.970	729.032	726.280	728.495	725.453	712.318	692.007	646.614	609.426	581.535	-4,6%
Federal	492	476	0	477	491	521	494	461	474	473	489	3,4%
Municipal	24.500	24.553	25.320	23.215	22.729	20.838	19.456	18.127	16.834	16.076	14.699	-8,6%
Particular	66.538	66.835	66.623	61.243	68.563	71.946	73.923	77.951	76.584	76.138	76.999	1,1%
Total	804.919	795,834	820.975	811.215	820.278	818.758	806.191	788.546	740.506	702.113	673.722	-4,0%

Fonte: Seed/Sude/Diplan - Coordenação de Informações Educacionais

Fonte: Portal Educacional do Estado do Paraná (www.seed.pr.gov.br). Acesso: Abril de 2015

TABELA 9: Censo escolar 2014 - Educação Básica no Paraná - 2004 - 2014



MATRÍCULA TOTAL - ESCOLARIZAÇÃO

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	% Variação 2013 /2014
Estadual	1.410.615	1.338.620	1.359.787	1.353.670	1.339.349	1.313.769	1.311.308	1.267.154	1.225.034	1.167,797	1.132.220	-3,0%
Federal	4.712	6.015	5.133	3.234	7.266	13.829	11.909	8.123	8.572	8.033	8.199	2,1%
Municipal	1.080.910	1.067.172	1.058.738	1.047.053	1.046.670	1.031.497	1.011.069	980.231	996.561	1.008.902	1.010.547	0,2%
Particular	350.419	356.601	365.869	326.769	334.841	346.923	353.120	369.432	398.690	408.461	435.611	6,6%
Total	2.846.656	2.768.408	2.789.527	2.730.726	2.728.126	2.706.018	2.687.406	2.624.940	2.628.857	2.593.193	2.586.577	-0,3%

Fonte: Seed/Sude/Diplan - Coordenação de Informações Educacionais

Estudos demonstram que o rendimento escolar do aluno, também tem influências da estrutura física e pedagógica da Instituição de Ensino. Sendo assim as escolas com maior precariedade nas condições infra estruturais, podem apresentar dificuldades de aprendizagem de seus alunos.

É urgente que as condições físicas da escola sejam reparadas frente ao novo contexto em que a sociedade vive e a escola por sua vez precisa acompanhar, pensando nesta nova realidade onde todas as crianças têm direitos iguais, apresentem elas alguma necessidade especial ou não. Melhoria ou construção de espaços adequados e adaptados: espaço de recreação, quadra esportiva, banheiros, refeitórios, bibliotecas, laboratório, salas de aula e acesso a internet.

2.1.1 INDICADORES DE QUALIDADE DE ENSINO

Ao longo dos anos procura-se, com a qualificação dos profissionais da educação, incentivos ao desenvolvimento de projetos educacionais, melhorias na estrutura física e pedagógica, melhorar a qualidade de ensino das escolas que ofertam o Ensino Fundamental, cada qual através de sua unidade gestora (municipal e/ou estadual).

A disparidade na idade e nos níveis de aprendizagem, faz com que os alunos percam o interesse em prosseguir e concluir de forma efetiva o Ensino Fundamental, uma vez que tenha ultrapassado a idade recomendada (6-14 anos).

Buscando uma melhor qualidade na educação, a rede municipal de ensino deste município, em 2014 implementou o Sistema Aprende Brasil da Editora Positivo. Sistema este que fornece Livros Didáticos Integrados, formação continuada, aceso ao portal Aprende Brasil e total apoio pedagógico às escola, custeado pela administração municipal.

Paralelo a isso as escolas de Ensino Fundamental, tanto séries iniciais quanto anos finais procuram diminuir a taxa de evasão escolar e retenção, buscando alternativas como: aulas de reforço (contra-turno), sala de recursos, oficinas, hora treinamento, CELEM, música, dança, horticultura, paisagismo, artes plásticas, tarefa, teatro, artes marciais, etc).

Desde o ano de 2013 os educadores da rede municipal, que atuam nas séries iniciais do Ensino Fundamental, participam da formação oferecida pelo Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa – PNAIC. E estes conhecimentos estão sendo desenvolvidos nas séries iniciais, para fortalecer as ações pedagógicas que tem por objetivo principal

alfabetizar as crianças até os oito anos. Percebe-se uma melhora considerável no educandos desde o início destas formações.

Buscando motivar o aluno, faz-se necessário conscientizar os pais, para que os mesmos se envolvam, acompanhem efetivamente e diariamente as atividades escolares de seus filhos, fazendo junto com a escola e os professores um esforço coletivo em busca do bem-estar e da aprendizagem de seu filho. Neste intuito o município oferece auxilio do psicólogo, odontólogo, nutricionista.

2.1.2 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Para verificar o nível de aprendizagem dos alunos o MEC em 2007 criou o Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), que leva em consideração dois fatores que podem influenciar na qualidade da educação: o rendimento escolar (taxa de evasão e taxa de reprovação) e as médias de desempenho dos alunos do Ensino Fundamental nas avaliações da Prova Brasil, Provinha Brasil e do Saeb (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica). A meta do MEC é que o Brasil atinja nível educacional de países desenvolvidos, o que corresponde á média 6,0 a ser atingida até o ano 2022.

Para isso, é necessário um esforço coletivo por parte de todos os municípios do estado ou do país. Em nosso município, a Rede Municipal de Ensino

TABELA 10: IDEB's observados em 2005-2007 e metas projetadas para o 5º ano, 2017-2021.

4º série / 5º ano 8º série / 9º ano

			deb Observa	ido					Metas P	rojetadas			
Município +	2005 \$	2007 \$	2009 \$	2011 +	2013 \$	2007 \$	2009 \$	2011 \$	2013 \$	2015 \$	2017 +	2019 \$	2021 \$
SAO JORGE D OESTE	5.1	5.2	5.4	6.7	6.2	5.1	5.4	5.8	6.0	6.3	6.5	6.7	7.0

GRÁFICO 21: IDEBs observados e metas projetadas para o 5º ano.

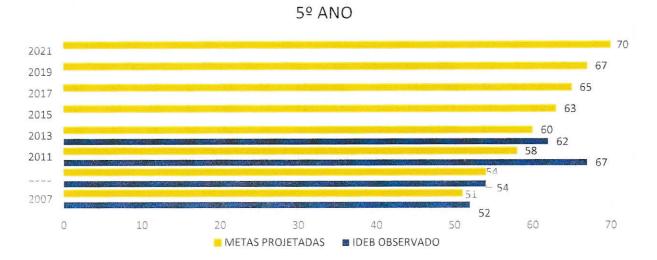




TABELA 11: IDEB's observados em 2005-2007 e metas projetadas para o 9º ano, 2017-2021.

4º série / 5º ano 8º série / 9º ano

	a torical	sesisil	deb Observa	do		he process			Metas F	rojetadas			
Município ◆	2005 \$	2007 🛊	2009 \$	2011 \$	2013 \$	2007 \$	2009 \$	2011 \$	2013 \$	2015 \$	2017 +	2019 \$	2021 \$
SAO JORGE D OESTE	4.0	3.9	4,9	4.8	4.6	4.1	4.2	4.5	4.9	5.2	5.5	5.7	6.0

Fonte: INEP (Consulta no site www.inep.gov.br) Acesso: Abril de 2015

GRÁFICO 22: IDEBs observados e metas projetadas para o º ano.

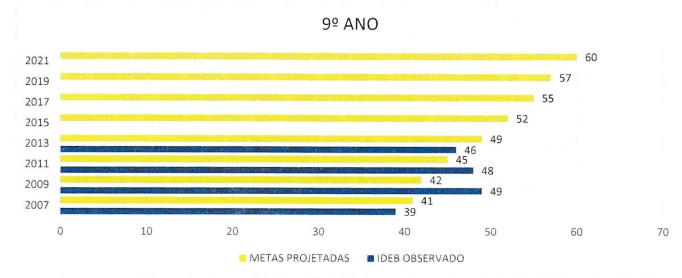


TABELA 12: IDEB's observados em 2005-2007 e metas projetadas para as instituições que ofertam o Ensino Fundamental, 2007-2021

			ld	eb Observ	ado					Metas P	rojetadas			
Escola ¢		2005 \$	2007 \$	2009 \$	2011 \$	2013 +	2007 \$	2009 \$	2011 +	2013 +	2015 \$	2017 \$	2019 \$	2021 +
JOSE DE ANCHIETA CE PE EF MINIPR	OFIS	4.0	3.6	4.8	4.6	4,4	4.0	4.2	4.5	4.9	5.2	5.5	5.7	6.0
PARANHOS C E DR EF M	4.2	4.6	5. 5.	5	5.2		4.3	4.5	4.8	5.2	5.4	5	i.6	5.9
JORGE GUIMARAES E M PROFEI EF	4.5	4.8	4.3		5.	9 4.	5 4.	9 5	.3 5	5.5	5.8	6.0	6.3	6.5
NOSSA SRA DA LAPA E M EI EF	5.7	4.9	5.6		6.	2 5.	8 6.	1 6	.4 6	i.6 1	6.8	7.0	7.2	7.4
SAO JORGE E M EI EF	4.9	5.4	5.5	6.7	6.	3 4.	9 5.	2 5	.6 5	.9	8.1	6.4	6.6	6.8

Fonte: INEP, Consulta ao site www.inep.gov.br. Acesso em Abril de 2015.

GRÁFICO 23: Metas observadas em escolas de São Jorge D' Oeste.



METAS OBSERVADAS

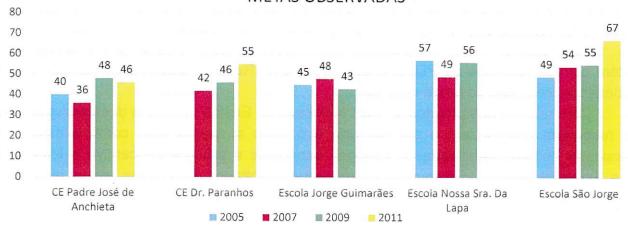
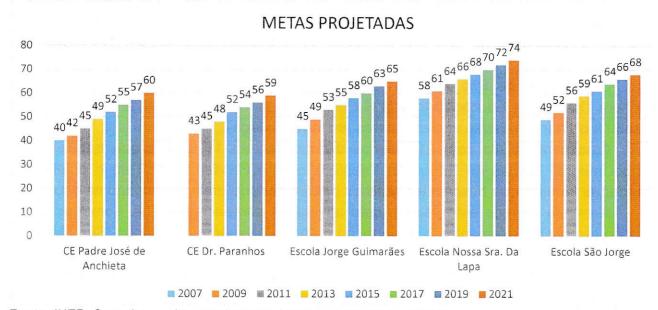


GRÁFICO 24: Metas projetadas para as escolas de São Jorge D'Oeste.



Fonte: INEP, Consulta ao site www.inep.gov.br. Acesso em Maio de 2015.

2.1.3 RECURSOS HUMANOS

O professor, como mediador das atividades educativas, está sempre em constante aperfeiçoamento e atualização pedagógica, participando de grupos de estudos, reuniões, seminários, leituras, troca de experiências e formações via EAD. Na Rede Municipal, bem como na Rede Estadual de Ensino, mais de 90% dos profissionais da educação possuem especialização (pós-graduação).

2.1.4 GESTÃO ESCOLAR

As instituições de ensino do Município buscam a participação da comunidade em suas decisões tanto administrativas como pedagógicas, por meio da Constituição das



APMF's (Associação de pais, mestres e funcionários) e dos conselhos escolares, além de contarem com a participação de toda a comunidade escolar na elaboração e na formulação de suas propostas pedagógicas, no intuito de melhorar a Educação no Município.

Para efetivar a manutenção, as instituições de ensino, estaduais e municipais, contam com os recursos do PDDE e das APMF's. A Rede Estadual, além destes, conta também com recursos do fundo rotativo.

Com relação aos projetos a Rede Municipal de Ensino prioriza e desenvolve temas que respeitem e valorizem o ser humano e o meio ambiente bem como a saúde, a diversidade cultural, habilidades e aptidões esportivas e artísticas, incentivo a leitura. A Rede Estadual também desenvolve vários projetos voltados para estes temas além dos implantados pela Secretaria do Estado de Educação do Paraná.

2.1.5 ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL

Baseado no parágrafo primeiro do decreto número 7083 de 27 de fevereiro de 2010, os municípios deverão ofertar a EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL EM NO MÍNIMO 50% das escolas públicas, de forma a atender no mínimo 25% dos alunos da EDUCAÇÃO BÁSICA.

O município de São Jorge D' Oeste – Paraná, possui a Escola Municipal Nossa Senhora Da Lapa – Educação Infantil E Ensino Fundamental, que desde o ano de 2007 passou a ofertar atividades suplementares em tempo integral.

Atualmente conta com 214 alunos distribuídos em 11 turmas que frequentam o tempo integral, turmas de Educação Infantil e Ensino Fundamental. Tem o objetivo de atender às famílias que buscam ter os filhos por um período mais prolongado na escola.

A escola oferece este serviço com atividades diferenciadas que, somadas às do período regular complementarão a formação e desenvolvimento da criança. São ofertadas as oficinas de Música, Contação de Histórias, Jogos, Brinquedo Livre, Arte e Sucata, Dobradura, Língua Espanhola, Pintura, Tarefa, Higiene, Computação e Karatê e Dança.

Em meio a essa realidade a mesma busca fazer da escola um lugar de vida, onde as crianças podem expressar- se e serem ouvidas. É mantida pelo poder público municipal. Essa escola possui PPP (Projeto Política Pedagógico) com uma abordagem pedagógica voltada para esta modalidade. Até o momento, a escola atende alunos do espaço urbano, da população do campo e os com necessidades especiais, sendo que quilombolas e indígenas ainda não houve demanda.

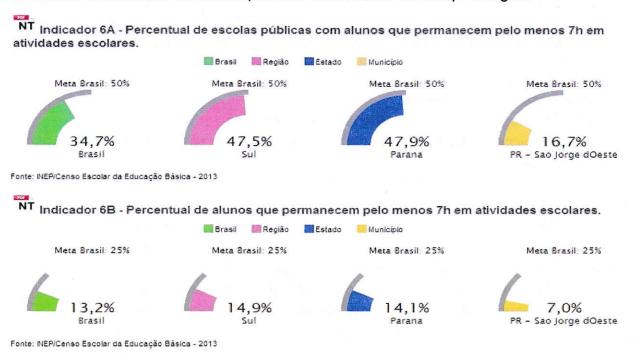
O município de São Jorge D'Oeste tem a demanda de 1687 alunos que compõe a Educação Básica, desses, 870 são da rede municipal de ensino e 817 da rede estadual, sendo que para atender a meta mínima estabelecida pela lei, necessitará ser construída mais uma escola com espaço adequado para atender no mínimo 220 alunos. A viabilização do transporte escolar acontecerá com a ampliação e adequação das linhas já existentes com a necessidade de aproximadamente dois ônibus.

Os professores que atuam no Ensino em Tempo Integral, trabalham em mais do que uma escola, alguns com disciplinas e modalidades diferentes dificultando os objetivos



almejados. Busca-se professores concursados e qualificados para diminuir a rotatividade dos funcionários que atuam nas oficinas, oferecendo assim um ensino de qualidade.

FIGURA 8: Indicadores de escola públicas com alunos em tempo integral.



2.20BJETIVOS E METAS

- 2.2.1 Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PME
- **2.2.2** Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.
- 2.2.3 Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 70% (setenta por cento) das escolas públicas municipais e apoiar as escolas da Rede Estadual, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos(as) alunos(as) da educação básica.
- 2.2.4 Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb: 7,4 nos anos iniciais do ensino fundamental; 6,0 nos anos finais do ensino fundamental; 6,0 no ensino médio.
- 2.2.5 Aos alunos com dificuldade de aprendizagem, busca-se o acompanhamento individualizado e coletivo estimulando-os a desenvolver seu potencial de aprendizagem através de aulas de reforço no contra-turno escolar, sala de recursos, atendimento especializado de psicólogo e fonoaudiólogo e principalmente o acompanhamento por parte dos pais para auxiliá-los na superação de tais dificuldades.



- 2.2.6 Atender com prioridade os alunos dos três primeiros anos do ensino fundamental com objetivo de, ao final deste ciclo, todos eles estejam alfabetizados.
- 2.2.7 Buscar diferentes métodos pedagógicos que visem à melhoria do processo de alfabetização.
- 2.2.8 Implementar, a partir da vigência deste plano as Diretrizes Nacionais que tratam dos padrões mínimos de infra-estrutura, adequando as instituições de Ensino Fundamental, para assegurar o atendimento das característicos distintas das faixas etárias e das necessidades do processo educativo da forma a contemplar:
- a) Espaços, iluminação, insolação, ventilação, água potável, energia elétrica, segurança e temperatura ambiente;
 - b) Instalações sanitárias adequadas e adaptadas;
- c) Espaços para esportes, recreação, bibliotecas e serviços de merenda escolar adequado e adaptado;
- d) Adaptações nos edifícios escolares para o atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais.
 - e) Atualização, ampliação e adaptação dos acervos das bibliotecas escolares;
- f) Mobiliários, equipamentos e materiais pedagógicos adequados e adaptados que possam tornar eficaz a aprendizagem de nossos alunos;
 - g) Telefone e serviços de reprodução de textos, materiais e documentos;
 - h) Computadores com acesso a internet e equipamentos de multimídia;
- 2.2.9 Buscar a partir da vigência deste Plano, regime de colaboração entre a Rede Municipal e Estadual de Ensino, para ofertar capacitação continuada aos professores do Ensino Fundamental, de forma a evitar a ruptura entre o primeiro e o segundo segmento desta etapa de ensino.
- 2.2.10 Assegurar e garantir a participação efetiva de todos os trabalhadores que atuam no Ensino Fundamental, bem como os membros que compõem os conselhos escolares e as APMFs, as reformulação dos Projetos Políticos Pedagógicos das Instituições de Ensino Fundamental.
- **2.2.11** Assegurar que este plano tenha as suas metas atendidas no que concerne às propostas pedagógicas que estas contemplem:
- A) Oferta de conteúdos de Educação Ambiental, Educação e Cuidados com a Saúde, Respeito e Valorização das Culturas Afro-brasileiras, Indígenas e demais culturas que compõe a miscigenação étnica brasileira;
- B) Programa de acompanhamento individual do aluno com registro de frequência e avaliação periódica de desempenho, com o objetivo de sanar as suas dificuldades, quando as tiver, e estimular as suas habilidades e afinidades;
- C) Atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais com profissional especializado, respeitando o direito a atendimento adequado em seus diferentes aspectos;
- 2.2.12 Assegurar a oferta de formações continuadas voltadas a Educação Inclusiva de forma a preparar os professores do Ensino Fundamental, bem como sala de Recursos, para atenderem os alunos com necessidades educativas especiais, inclusas no Ensino Regular.



- 2.2.13 Assegurar o Professor de Apoio a alunos com Transtornos Globais do Desenvolvimento que apresentam: alterações qualitativas das interações sociais recíprocas, na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se neste grupo alunos com Autismo, Síndromes do Espectro do Autismo e Psicose Infantil, que apresentam dificuldades de adaptação escolar e de aprendizagem, associados ou não à limitações no processo do desenvolvimento biopsicossocial que requeiram apoio e atendimento especializado intensos e contínuos, com acompanhamento nas atividades escolares em classe comum.
- 2.2.14 Garantir após a Reelaboração deste plano, que as unidades escolares do Ensino Fundamental municipais, ofereçam os serviços de orientação escolar em tempo integral.
- 2.2.15 Selecionar, e divulgar tecnologias educacionais para alfabetização de crianças, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas.
- 2.2.16 Garantir a partir deste plano que, anualmente as redes municipais de ensino possam dispor de materiais didáticos pedagógicos que atendam às necessidades específicas das diferentes áreas do conhecimento.
- **2.2.17** Estimular, promover e acolher a participação da comunidade na gestão das escolas, por meio dos conselhos escolares de educação, APMFs e reunião de pais.
- 2.2.18 Viabilizar e ampliar a partir da reelaboração deste plano que a Rede Municipal de Ensino desenvolva programas de orientação e apoio aos professores, alunos e famílias por meio de parcerias entre as secretarias de saúde e da ação social, disponibilizando o trabalho de profissionais de diversas áreas da saúde: psicólogo, fonoaudiólogo, médico, psicopedagogo, assistente social, nutricionista, odontólogo e conselheiros tutelares.
- **2.2.19** Garantir que as escolas da Rede Municipal de Ensino, ofereçam merenda escolar de qualidade com o acompanhamento de profissional capacitado, nutricionista.
- 2.2.20 Garantir a oferta permanente de transporte escolar que atenda a todo o município, tanto na zona rural como na zona urbana.
- 2.2.21 Assegurar aos profissionais e alunos do Ensino Fundamental condições favoráveis, para um pleno desenvolvimento de suas funções (ensinar e aprender), dadas as mudanças socioeconômicas que ocorrem nos ambientes onde as instituições de ensino se encontram inseridas. Mais segurança e garantias para os profissionais da Educação.
- 2.2.22 Construir uma escola com espaço adequado para atender no mínimo 220 alunos.
- 2.2.23 Ampliar e adequar às linhas de ônibus já existentes para garantir o transporte dos mesmos.
- 2.2.24 Contratar professores concursados e qualificados para diminuir e rotatividade dos funcionários que atuam nas oficinas, oferecendo assim um ensino de qualidade.



3. ENSINO MÉDIO

3.1 Diagnóstico

O Município de São Jorge D'Oeste possui duas instituições que ofertam o Ensino Médio na rede estadual, o Colégio Estadual Padre José de Anchieta — Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional e o Colégio Estadual Dr. Paranhos — Ensino Fundamental e Médio.

O Colégio Estadual Padre José de Anchieta oferece também o curso de Formação de Docentes da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental (magistério). O curso de magistério havia sido desativado na maioria dos municípios do Paraná por decisão governamental na década de 1990, tendo sido novamente implantado no Município no ano de 2006. Além deste, em 2008 o Colégio começou a ofertar o curso de Espanhol – básico, tendo formado duas turmas no período vespertino, num total de 60 alunos.

O Colégio Anchieta também oferece o curso de Agroecologia que é ministrado na Casa Familiar Rural que iniciou suas atividades como escola em qualificação em Agricultura no ano de 1997, mantida por uma ONG, através da ARCAFAR-SUL (Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil). No ano de 2006, em parceria com a Secretaria de Estado da Educação (SEED) e o Colégio Anchieta em continuidade a Pedagogia de Alternância, iniciou-se o ensino de 5ª Série fundamental, oportunizando os educandos a terem um ensino voltado à agricultura sustentável.

A Casa Familiar funciona, no período da manhã e à tarde, com três turmas (1ª, 2ª e 3ª Séries do Ensino Médio Profissionalizante) alternando as turmas de acordo com a Pedagogia da Alternância. Uma semana na Propriedade e a outra na Casa Familiar Rural. Em regime de internato, no período da noite são proporcionados período de leituras, vídeos-conferências, aulas de experimentos em ciências, informática, etc.

O Colégio Estadual Doutor Paranhos, fundado no ano de 1968, ficou um período sem ofertar o Ensino Médio, voltando a ofertar turmas no ano de 2006.

TABELA 13: Matrículas do Ensino Médio regular, 2010-2014

Turno	2010		2011		20	12	20	13	2014	
	ALUNOS	TURMAS								
Matutino	161	06	170	08	169	80	191	09	173	08
Vespertino	133	07	107	06	95	05	113	06	93	05
Noturno	91	03	88	03	106	04	91	03	115	03
Total	385	16	365	17	370	17	395	18	381	16

GRÁFICO 25: Matrículas Colégio Padre José de Anchieta - Ensino Médio



ENSINO MÉDIO - COLÉGIO PE. ANCHIETA

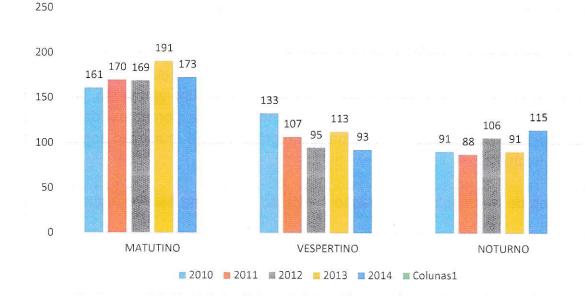


GRÁFICO 24: Matrículas Colégio Dr. Paranhos – Ensino Médio ENSINO MÉDIO - COLÉGIO DR. PARANHOS

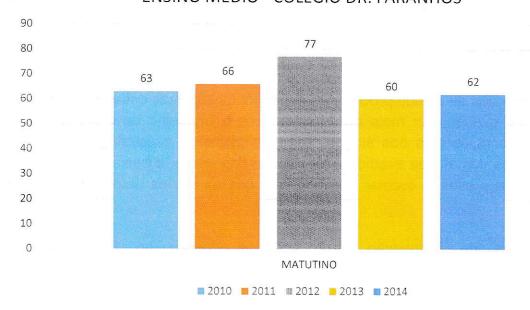


TABELA 14: Matrículas do Ensino Médio regular, 2010-2014 - Colégio Dr. Paranhos

Turno	2010		2011		20	12	20	13	2014	
	ALUNOS	TURMAS								
Matutino	63	03	66	03	77	03	60	03	62	03
Total	63	03	66	03	77	03	60	03	62	03

E E



O Colégio Dr. Antônio Paranhos no ano de 2015 as turmas do Ensino Médio atenderão no período noturno. O número de vagas ofertado por estes estabelecimentos de ensino atende a demanda existente no Município.

3.1.1 Indicadores de qualidade do ensino.

Os dados dos indicadores de qualidade de Ensino Médio regular mostram que a reprovação dos alunos vem aumentando ano após ano e com um agravante, além do aumento da reprovação houve um aumento muito grande na taxa percentual de evasão desses alunos, tornando-se assim um problema muito grave para o município segundo os dados do Colégio Anchieta.

TABELA 15: Taxas de aprovação, reprovação e evasão no Ensino Médio regular, 2011-2014

Instituição de Ensino	Percentuais												
	2011			2012			2013			2014			
	AP	RP	EV	AP	RP	EV	AP	RP	EV	AP	RP	EV	
CE Padre José de Anchieta	85,6	13,8	0,6	84	13,2	2,8	81,7	14,3	4	78,35	8,25	13,39	
CE Doutor Paranhos	89,8	5,1	5,1	87,1	.3,2	9,7	97,8	0	2,2	94,1	5,9	0	

Fonte: setor Administrativo da Escola.

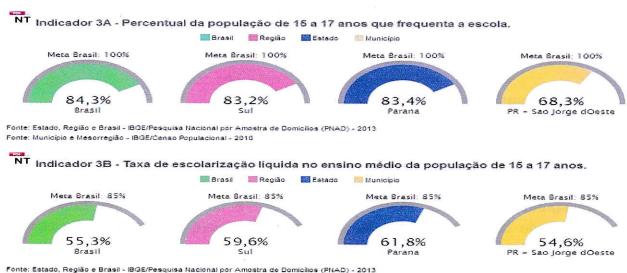
Siglas: CE: Colégio Estadual; AP: aprovado; RP: reprovado; EV: Evasão.

As duas instituições de ensino procuraram implementar algumas estratégias visando sanar o problema da evasão, por meio de reuniões com o Conselho de Classe, com o Conselho Escolar e com os pais dos alunos. Também utiliza-se a estratégia de visitas domiciliares ás famílias dos alunos evadidos. Na maioria das vezes, a baixa renda familiar é o fator decisivo para a evasão escolar, fazendo com que os alunos deixem de estudar para trabalhar.

TABELA 16: Taxas de aprovação, reprovação e evasão no Ensino Médio profissionalizante, 2011-2014

Instituição de Ensino	Percentuais Colégio Pe. José de Anchieta											
	2011			2012			2013			2014		
	AP	RP	EV	AP	RP	EV	AP	RP	EV	AP	RP	EV
Agroecologia	55	03	01	46	06	07	45	03	01	48	00	04
Formação de docentes	60	04	00	55	00	02	49	12	03	56	01	01

FIGURA 9: Percentual da população de 15 a 17 anos que frequentam a escola.



Se compararmos os números do ensino médio regular com os do ensino médio profissionalizante a taxa de alunos de foram reprovado e evadidos do ensino médio regular é muito maior que as dos cursos profissionalizantes.

3.1.2 Exame Nacional do Ensino Médio

Os profissionais de suporte pedagógico, em conjunto com os professores do Colégio Estadual Padre José de Anchieta, procuram motivar os alunos a participarem do ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio, mostrando as possibilidades que os mesmo podem ter para ingressar na Educação Superior por meio do PROUNI (Programa Universidade para Todos), caso consigam bons resultados.

3.1.3 Gestão Escolar

As duas instituições de ensino possuem proposta pedagógica elaborada pelos professores e com a participação da comunidade escolar, além de ser atualizada periodicamente. Também possuem o Conselho Escolar e a APMF, colegiados formados por representantes de toda a comunidade e que participam das definições orçamentarias das suas instituições de ensino. Ambas as instituições possuem Grêmio Estudantil, em fase de fortalecimento.

No Colégio Estadual Padre José de Anchieta é desenvolvido projetos como Orientação Vocacional e Profissional que tem como objetivo orientar os alunos na escolha da profissão proporcionando conhecimento das universidades públicas e privadas da região, bem como a participação de feiras das profissões promovidas pelas universidades da região. Também são ministradas palestras para os pais sob o tema "Palestra + Pais = Participação na Escola", que objetiva buscar a participação dos pais na escola e no resgate dos valores dos seus filhos, também é buscado junto à iniciativa privada, palestras com empresários de diversos ramos de trabalho a fim de ressaltar a importância da escola para o mercado de trabalho.



Além da educação formal, o Colégio Estadual Padre José de Anchieta oferece oportunidades educativas para a comunidade na forma de grupos de estudos com os pais, no período noturno, e o Colégio Estadual Doutor Paranhos realiza palestras diversas.

3.2 Objetivos e Metas

- 3.2.1 Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15(quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).
- 3.2.2 Garantir, a partir da vigência deste Plano, em parceria com o Estado do Paraná, o transporte escolar aos alunos da zona rural e bairros distantes do Município, atendendo os critérios definidos pelo órgão Municipal de Educação inclusive no ensino noturno.
- 3.2.3 Continuar os incentivos aos alunos do ensino médio do Município a participarem de vestibulares, simulados, provas de avaliação, tanto em nível estadual quanto federal, viagens de estudos, passeios culturais, visitas técnicas e outras atividades, por meio da oferta de transporte.
- 3.2.4 Melhorar a partir da vigência deste plano, ações que visem o acesso e a permanência dos educandos do Ensino Médio diminuindo em 30% o números de alunos evadidos da escola.
- 3.2.5 Viabilizar, a partir da vigência deste plano, a promoção de atividades extracurriculares com as famílias dos estudantes. Os temas que serão abordados deverão ser discutidos entre a equipe pedagógica das escolas levando em consideração os problemas da comunidade.
- 3.2.6 Investir, a partir da vigência deste plano, permanentemente, no acervo bibliográfico da Biblioteca Pública Municipal, e melhorar e aumentar o acesso a computadores com internet, como forma de contribuir para o incentivo à leitura e a pesquisa, tanto para os alunos como a comunidade em geral.
- **3.2.7** Elaborar no prazo de um ano, padrões mínimos nacionais de infra-estrutura para o ensino médio, compatíveis com as realidades de cada estabelecimento, incluindo:
 - a) Espaço, iluminação, ventilação e insolação dos prédios escolares;
 - b) Instalações sanitárias e condições para a manutenção da higiene em todos os edifícios escolares;
 - c) Espaço para esporte e recreação;
 - d) Espaço para a biblioteca;
 - e) Adaptação dos edifícios escolares para o atendimento dos alunos com necessidades especiais;
 - f) Instalação e melhora para laboratórios de ciências;
 - g) Melhora e atualização dos equipamentos de informática de cada escola;
 - h) Atualização e ampliação do acervo das bibliotecas incluindo material bibliográfico de apoio ao professor e aos alunos;
 - i) Equipamento didático-pedagógico de apoio ao trabalho em sala de aula;



- 3.2.8 Melhorar o aproveitamento dos alunos do Ensino Médio, de forma a atingir níveis satisfatórios de desempenho definidos e avaliados pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), e pelos sistemas de avaliação que venham a ser implantados tanto em nível Estadual quanto Federal.
- 3.2.9 Criar mecanismos, como conselhos ou equivalentes, para incentivar a participação da comunidade na gestão, manutenção e melhoria das condições de funcionamento das escolas.
- 3.2.10 Proceder, em dois anos, a uma revisão da organização didático-pedagógica e administrativa do ensino noturno, de forma a adequá-lo às necessidades do alunotrabalhador, sem prejuízo da qualidade do ensino.
- **3.2.11** Oferecer oportunidades de formação continuada para todos os professores que atuam no Ensino Médio.
- 3.2.12 Apoiar o acompanhamento pedagógico para da direção, professores e alunos de modo que o Ensino Médio cumpra a sua função de formação para o pleno exercício da cidadania e da inserção produtiva do indivíduo.
- **3.2.13** Estabelecer parcerias entre os sistemas federal, estaduais e municipais e a iniciativa privada, para ampliar e incentivar a oferta de Educação Profissional.
- 3.2.14 Estimular permanentemente o uso das estruturas públicas e privadas não só para os cursos regulares, mas também para o treinamento e retreinamento de trabalhadores com vistas a inseri-los no mercado de trabalho com mais condições de competitividade e produtividade, possibilitando a elevação de seu nível educacional, técnico e de renda.
- 3.2.15 Estimular a oferta de estágios de inserção no mercado de trabalho, com ou sem remuneração;
- (**) O cumprimento deste Objetivo/Meta depende da colaboração do Estado.

4. EDUCAÇÃO SUPERIOR

4.1 Diagnóstico

O Município não possui uma instituição de ensino presencial, por isso, a maioria das pessoas procura cursar este nível de ensino em municípios da região ou por meio da educação à distância (que será tratado no capítulo especifico desta modalidade de ensino).

Em torno de 191 acadêmicos cursam a educação superior presencial em municípios próximos, como por exemplo: Dois Vizinhos, Francisco Beltrão e Pato Branco. Alguns optam por cursar em municípios mais distantes como: Curitiba, Guarapuaya e Cascavel.

Os cursos mais procurados por estes acadêmicos são: Agronomia, Zootecnia, Estética e Cosmética, Engenharia Elétrica, Arquitetura e Urbanismo, Psicologia, Medicina Veterinária, Farmácia, Engenharia Civil, Educação Física, Análise de Sistemas, Direito, Sistemas de Informação, Odontologia, Ciências Contábeis, Enfermagem, Pedagogia, Engenharia Mecânica, Nutrição, Artes, Geografia, Análise de desenvolvimento de sistema,



Administração, Publicidade e Propaganda, Fisioterapia Engenharia de Produção, Fisioterapia, Licenciatura em história e Línguas.

Como forma de incentivar esses acadêmicos, uma vez que para o município não é viável a instalação de uma instituição de ensino superior (IES), tanto pelo baixo número de acadêmicos existentes, como pela proximidade das IES nos municípios vizinhos, o poder público municipal firmou convênio com a Associação de Alunos de São Jorge D' Oeste e com a Associação de Estudantes Lagos do Iguaçu de São Jorge D' Oeste. Essas parcerias visam estabelecer repasse de recursos para as Associações, a fim de que as mesmas subsidiem as despesas com a contratação de ônibus que realizam o transporte dos acadêmicos.

Estes convênios foram firmados por meio da seguinte lei:

- Lei Municipal nº 612/2005, de 20 fevereiro de 2013, que determina o repasse de recursos para a Associação de Acadêmicos de São Jorge D' Oeste para transportá-lo à Faculdades Educacional de Dois Vizinhos, Francisco Beltrão e Pato Branco;

Estes incentivos contemplam aqueles estudantes que se deslocam diariamente para as Instituições de Educação Superior instaladas na região, uma vez que os acadêmicos que optaram por cursar nas cidades como: Curitiba, Guarapuava e Cascavel, fixando residência nestas localidades no período escolar, não recebem recursos/ auxílio para o transporte.

4.2 Objetivos e Metas

- 4.2.1 Articular, a partir da vigência deste plano, junto às empresas locais, para viabilizar a oferta de vagas de estágio, conforme a legislação vigente, aos alunos do município que frequentam a Educação Superior.
- **4.2.2** Apoiar, a partir da vigência deste plano, o desenvolvimento de pesquisas e projetos de extensão dos acadêmicos do município, comprometidos com a melhoria da qualidade da educação básica.
- **4.2.3** Apoiar os acadêmicos já matriculados para que não desistam e estimular novas matrículas na educação superior, no segmento público.
- **4.2.4** Manter, o repasse financeiro, via Associação de Estudantes, como forma de subsidiar integralmente o transporte dos acadêmicos que deslocam-se diariamente para os municípios vizinhos para cursar a graduação.****
- **4.2.5** Assegurar, a partir da vigência deste plano, espaço nas escolas municipais para o desenvolvimento de estágios supervisionados aos acadêmicos do município que dele necessitarem, para o complemento de sua formação.
- **4.2.6** Apoiar, a partir da vigência deste plano, o desenvolvimento de projetos sociais dos acadêmicos do município, que visam a integração da Educação Superior com a comunidade.
- 4.2.7 Oportunizar, a partir da vigência deste plano, aos acadêmicos do município, a participação em cursos e/ou palestras oferecidas pelo Órgão Municipal de Educação.



4.2.8 Desenvolver, a partir da vigência deste plano, continuamente projetos educacionais que possam envolver os acadêmicos do município.

(****) O cumprimento deste objetivo/ meta depende do orçamento do município, atendidas as áreas prioritárias de sua competência que são: O Ensino Fundamental e a Educação Infantil.



V – MODALIDADES DE ENSINO

1. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

1.2 Diagnóstico

O Município tem uma população estimada em torno de 9.085 habitantes segundo dados do Censo do IBGE de 2010, e destes, estima-se que 7,6% são analfabetos ou semi analfabetos.

Mesmo não sendo um percentual significativo, o Poder Público Municipal procura firmar parcerias para ofertar a Educação de Jovens e Adultos (EJA), desde a alfabetização até o Ensino Médio.

TABELA 17: Programas e cursos de Educação de Jovens e Adultos no Município, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014.

Programa/c	Dependência	Nível de Ensino	Número de Turmas					
ursos	Administrativa	Turmas	2010	2011	2012	2013	2014	Total
Paraná Alfabetizado	Estadual	Alfabetização	05	05	11	08	02	31
EJA- FASE I e FASE II	Municipal	Ensino Fundamental de 1º ao 5 º ano.	02	02	03	03	02	12
APED – Ação Pedagógica	Estadual	Ensino Fundamental de 6º ao 9º ano	*	*	*	*	*	7
Descentralizad a		Ensino Médio	*	*	*	*	*	31
EJA - APAE - Educação Especial	Estadual	Ensino Fundamental	5	6	6	7	7	31

Fonte: Setor Administrativo das Instituições de Ensino, 2015.

A alfabetização é oferecida por meio do Programa Paraná Alfabetizado, contando com turmas localizadas nas comunidades do interior do Município e nos bairros da cidade Os professores que trabalham com essa modalidade de ensino possuem formações específicas no decorrer do ano letivo, um total de quatro encontros. Existe, também, para os alunos que frequentam o Programa Paraná Alfabetizado uma bolsa no valor de R\$ 28,00. Um dos objetivos do Município, é que depois de alfabetizados, estes alunos sejam encaminhados para o Ensino Fundamental. Outro objetivo é atender o maior número possível de pessoas analfabetas para que o município possa ser considerado livre do analfabetismo.

As aulas para turmas da EJA do Ensino Fundamental Fase I atualmente são ofertadas pela Escola Municipal São Jorge e é gratuita. A escola proporciona o acesso onde tem demanda de pessoas, facilitando a locomoção e participação das pessoas do campo e também dos idosos. Os alunos que frequentam estas turmas possuem idades acima de 15 anos. Os materiais utilizados pelos alunos são apostilas, livros didáticos, literários e dvds. As aulas, na maioria das vezes, são expositivas, onde os professores procuram aproveitar o conhecimento de cada aluno para o desenvolvimento do trabalho pedagógico.

^{*}Não fomos informados das quantidades de turmas por anos separadamente, somente no total dos cinco últimos anos.



As populações PNEs, atualmente são atendidas diretamente na APAE, a partir de laudos médicos encaminhados a instituição.

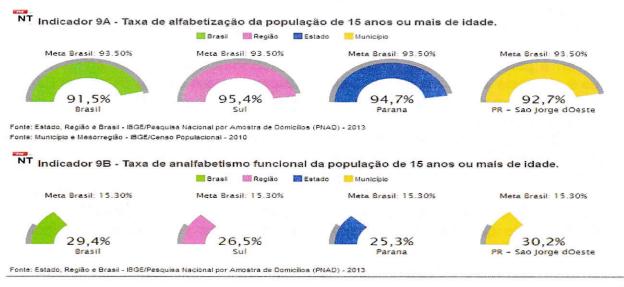
As turmas de Ensino Fundamental Fase II e do Ensino Médio, que funcionam na Escola Estadual Padre Jose de Anchieta, no período noturno, têm o apoio pedagógico do CEEBJA (Centro Estadual de Educação Básica de Jovens e Adultos) de Dois Vizinhos, e os professores são contratados pela secretaria de Estado da Educação do Paraná.

Os docentes da EJA participam das reuniões pedagógicas realizadas com os demais docentes da rede municipal (Fase I) e da rede estadual (Fase II e Ensino Médio). O trabalho conjunto, desenvolvido pelas esferas municipal e estadual, procura superar o analfabetismo no Município, ocorrem divulgações pelas rádios, escolas e também através dos professores que atuam nesta modalidade para busca ativa de pessoas que necessitem esse tipo de atendimento educacional, no entanto, a dificuldade de acesso encontrado pelos alunos, a falta de transporte para algumas localidades, a falta de materiais didáticos específicos, a falta de um local apropriado para as aulas e o cansaço dos alunos que frequentam as aulas no período noturno, depois de um dia exaustivo de trabalho, dificultam a permanência dos alunos, desestimulando-os e gerando um alto índice de evasão nesta modalidade de ensino.

Em vista à necessidade acima citada e entendendo que nossos jovens precisam estudar e ao mesmo tempo trabalhar, é que no ano de 2015 a Secretaria Municipal de Educação em parceria com o SESI abriu uma turma de ensino Médio EAD na escola São Jorge, no período noturno.

As aulas acontecem por modalidade uma vez por semana presencial e as demais atividades e estudos são complementadas durante a semana por sistema online.

FIGURA 10: Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais.



1.3 Objetivos e Metas

1.3.1 Realizar, periodicamente, a partir da vigência deste Plano, por meio de pesquisas, levantamento da população analfabeta do Município, em parceria com agentes de saúde, escolas e professores regentes, visando localizar a demanda e programar a oferta de Educação de Jovens e Adultos para essa população.



- 1.3.2 Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.
- 1.3.3 Viabilizar, a partir da aprovação deste Plano, a ampliação da oferta de educação de Jovens e Adultos no Município, por meio de campanhas de divulgação permanente, visando diminuir o índice de analfabetismo. **
- 1.3.4 Viabilizar, a partir da vigência deste Plano, permanentemente, o fornecimento de material didático-pedagógico aos alunos e professores da EJA da rede municipal de ensino, de acordo com a sua especificidade, bem como material de incentivo à leitura, condizentes com a fase do curso.
- 1.3.5 Viabilizar, a partir da vigência deste Plano, a participação dos professores que atuam na Educação de Jovens e Adultos, em cursos oferecidos pelo Órgão Municipal de Educação. ***
- 1.3.6 Viabilizar, a partir da vigência deste Plano, o atendimento dos alunos com necessidades especiais inclusos na EJA, que não recebam atendimento especializado da APAE, garantindo material didático pedagógico e capacitação dos professores. ***
- 1.3.7 Estabelecer, a partir da aprovação deste Plano, que os alunos da EJA da rede municipal de ensino, tenham acesso às tecnologias educacionais, quando existente nas escolas onde funciona esta modalidade de ensino.
- 1.3.8 Oferecer, a partir da vigência deste Plano, aos alunos da EJA, a inserção nos programas e atividades educativas desenvolvidas aos demais alunos do ensino regular. ***
- 1.3.9 Garantir, a partir da vigência deste Plano, a participação dos alunos da Educação de Jovens e Adultos em eventos culturais do Município, de modo a propiciara integração social.
- 1.3.10 Viabilizar, a partir da vigência deste Plano, aos professores e alunos da EJA, o acesso às bibliotecas das escolas que possuem este recurso. ***
- 1.3.11 Prever, a partir da vigência deste Plano, mecanismos de incentivo, como a bolsa que é oferecida ao Paraná Alfabetizado ser expandida aos demais alunos da EJA no Ensino Fundamental 1, que garantam a redução das altas taxas de evasão nesta modalidade de ensino. ***
- 1.3.12 Assegurar, a partir da vigência deste Plano, a oferta de merenda escolar aos alunos da EJA da rede municipal de ensino, como uma das formas de incentivo à frequência e a permanência destes na escola. *
- 1.3.13 Assegurar, a partir da vigência deste Plano, transporte escolar para os alunos da Educação de Jovens e Adultos que moram na zona rural e localidades distantes da escola, desde que atendam os critérios estabelecidos pelo Órgão Municipal de Educação. */**
- (*) o cumprimento deste Objetivo/ Meta depende da colaboração da União.
- (**) O cumprimento deste Objetivo/Meta depende da colaboração do Estado.
- (***) O cumprimento deste Objetivo/Meta, ao que se refere às instituições que não são de responsabilidade do Município, depende dos programas e/ou iniciativa das respectivas mantenedoras.



2. EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS

2.1 Diagnóstico

2.1.1 Educação à distância

Em São Jorge D'Oeste, a modalidade de Educação a Distância, iniciou em 2003, por meio de uma parceria entre a Prefeitura, a Câmara Municipal, a VIZIVALE e o IESDE – Brasil (Inteligência Educacional e Sistemas de Ensino), de Curitiba.

Em 2005, uma nova parceria se firmou entre a Secretaria Municipal de Educação e a ET-UFPR (Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná), para ofertar cursos técnicos pós-médio em: Técnico em Administração, Contabilidade, Gestão Pública e Secretariado.

Atualmente vem sendo contemplada com a UNISOCIESC de Santa Catarina. Por isso, a um percentual considerável de profissionais atuantes, que conquistaram seu espaço no mercado de trabalho, graças a este sistema de ensino.

2.1.2 Tecnologias Educacionais

Quanto às tecnologias educacionais existentes nas instituições de ensino do município, tanto as instituições municipais quantos as estaduais possuem laboratórios de informática, para um melhor ensino aprendizagem.

2.2 Objetivos e Metas

- 2.2.1 Assegurar, a partir da vigência deste Plano, um local adequado e próprio para o funcionamento dos cursos à distância.
- 2.2.2 Assegurar, a partir da vigência deste Plano, em parceria com instituições públicas e privadas, a oferta de cursos à distância em nível técnico e superior, de acordo com a demanda existente.
- 2.2.3 Incentivar, a partir da vigência deste Plano, a continuidade da oferta de curso de capacitação e formação continuada à distância aos profissionais da educação.
- 2.2.4 Incentivar, a partir da vigência deste Plano, a implantação de cursos de pósgraduação à distância nas diferentes áreas de interesse dos profissionais da educação.
- 2.2.5 Disponibilizar, tanto nas escolas municipais quanto nas estaduais um profissional da área de informática, para atender a demanda.
- 2.2.6 Estabelecer, a partir da implantação deste Plano, um programa de capacitação aos servidores que prestam serviços administrativos na rede municipal de ensine voltado, principalmente, ao uso das tecnologias educacionais.



- 2.2.7 Assegurar, a partir da aprovação deste Plano, a manutenção e a atualização permanente dos equipamentos e recursos tecnológicos das escolas da rede municipal de ensino.
- 2.2.8 Garantir, a partir da vigência deste Plano, equipamentos de multimídia e/ou similares para as instituições de ensino da rede pública municipal que ainda não possuem estes recursos.
- 2.2.9 Distribuir, gratuitamente aos professores da rede municipal de ensino materiais tecnológicos tais como tablet para pesquisa e enriquecimento das aulas.
- 2.2.10 Garantir internet de boa qualidade em todas as instituições de ensino (Wi-Fi).
- 2.2.11 Acompanhar a evolução da tecnologia, disponibilizando-a aos professores desde que seja para aprimoramento e melhoramento do processo ensino aprendizagem.

3. EDUCAÇÃO TECNOLOGICA E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

3.1 Diagnóstico

O Município conta com diversas parcerias de Instituições de Ensino que possibilitam a população em geral ter acesso a Formação Profissional, como: Colégio Estadual Padre José de Anchieta, CFR (Casa Familiar Rural), UNISOCIESC (Sociedade Educacional de Santa Catarina), (SENAR) Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, (SEBRAE) Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas, SUDOTEC (Centro Tecnológico), SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), SESI (Serviço Social Da Industrial) E IFPR (Instituto Federal Do Paraná). Além destas temos ainda outras parcerias no município que oferecem palestras e cursos profissionalizantes para trabalhadores de sua área EMATER (Empresa Paranaense de Extensão Rural), UTFPR (Universidade Tecnológica Federal Do Paraná), Sindicato Dos Trabalhadores Rurais, CAJOR e AORSA (Associação de Produtores Orgânicos) ACESJO (Associação Comercial e Empresarial de São Jorge D' Oeste, Rotary Club.

O Colégio Estadual Padre José de Anchieta oferece o curso profissionalizante de Formação Docente, em parceria com a CFR Técnico em Agroecologia e através do IFPR formaram-se as turmas dos cursos técnicos profissionalizantes de Logística e Técnico em Segurança do Trabalho.

A UNISOCIESC oferece Cursos Superiores e Pós Graduações em EAD (Ensino na Modalidade a Distância).

O SENAR, Sindicato Dos Trabalhadores Rurais, EMATER, UTFPR, CAJOR, AORSA oferecem palestras e cursos de formação para agricultores e suas famílias para Agricultura Familiar, Agronegócio e Agropecuária.

O SENAR também tem parceria com a Secretaria Municipal de Educação, assim como o SEBRAE proporcionando cursos de formação para professores.

O SENAI em parceria com o CRAS (Centro Referencia em Assistência Social) oportunizou em 2014 o curso profissionalizante de Auxiliar Administrativo.

,,



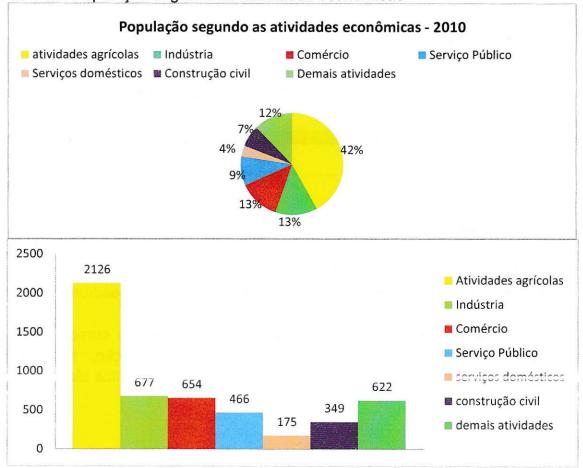
SUDOTEC/CIS parceiros da Secretaria Municipal de Educação e CRAS proporcionaram o curso de Inclusão Digital direcionado a Jovens e principalmente Adultos do Município que não tiveram outra oportunidade de conhecer os caminhos da era digital, incluindo-os assim no mercado de trabalho.

O SESI firmou parceria com a Secretaria Municipal De Educação e recentemente trouxe para o município a EJA - EAD (Educação de Jovens e Adultos na Modalidade a Distância), proporcionando a oportunidade para trabalhadores da Indústria e comércio do município concluírem o Ensino Médio.

De acordo com o último senso demográfico, o município aumentou o número da população urbana comparada com o meio rural. Os índices de êxodo rural estão associados dentre outros a: mecanização, fragmentação da pequena propriedade por meio de herança (divisão de terras).

Outro fator preponderante é de que a Região Sudoeste do Paraná possui características específicas que diferem de outras regiões do Estado e até mesmo do país. Destaca-se o modo organizacional das comunidades, fortalecendo o associativismo e o cooperativismo, resultando nisto, a sobrevivência das pequenas famílias de agricultores. Mesmo assim, de acordo com o censo demográfico do IBGE em 2010, a população ocupada no trabalho dentro do município de São Jorge D'Oeste está concentrada nas atividades agrícolas, comércio, indústria e serviço público. No município as atividades da agricultura familiar destacou-se na produção de leite e de produtos orgânicos.

GRÁFICO 27: População segundo as atividades econômicas





Acredita-se que, mesmo o agricultor tendo pequenas propriedades, por meio da qualificação profissional repassada pela casa Familiar Rural através do Curso em Agroecologia, eles também recebem formação através de palestra, dia de campo e acompanhamento in loco pelos Técnicos da Secretaria de Agricultura e Emater.

Os índices do PIB (Produto Interno Bruto), nos anos de 2010 a 2012, indicam que houve um crescimento de 23,88%, significando um aumento na arrecadação bruta no município em decorrência do retorno dos royalites, do aumento da produção agrícola e de algumas empresas. No entanto, existem empresas que utilizam a mão de obra do município, mas recolhem seus impostos fiscais nos municípios de suas matrizes, o que significa perda de recursos para São Jorge D'Oeste.

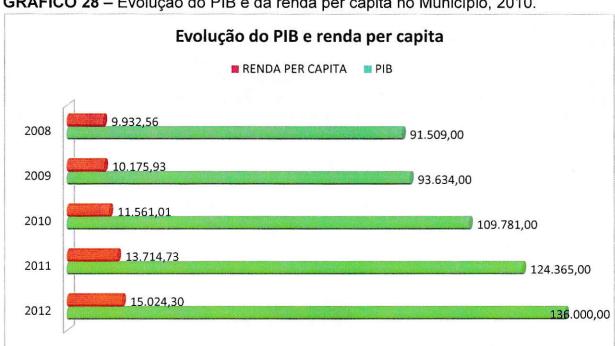


GRÁFICO 28 – Evolução do PIB e da renda per capita no Município, 2010.

3.2 Objetivos e Metas

- 3.2.1 Equipar todas as salas de aula municipais com meios tecnológicos (computadores, televisão, projetores, com acesso à internet)
- 3.2.2 Instalar sistema de som nas salas de aula, bem como headfone para uso do professor.
- 3.2.3 Buscar através de parcerias educação pela internet cursos profissionais direcionados aos jovens/adultos para decidirem sua vocação. Isso através de palestras com profissionais, sempre respeitando as diferentes idades (SICOOB, CRESOL, ROTARY,...)



- 3.2.4 Ampliar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.
- 3.2.5 Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto (PIB) do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.
- 3.2.6 Triplicar o número de acadêmicos a distância, bem como, incentivar os cursos, utilizando os meios tecnológicos já existentes e os futuros, como forma de desenvolvimento pessoal proporcionando um maior conhecimento e aprendizado.
- 3.2.7 Criar novos projetos em forma de parceria do município com instituições como SUDOTEC, e criar outros cursos que propiciem uma educação tecnológica no próprio município, se utilizando de participação de recursos de grandes empresas e universidades para criação desses treinamentos locais, projetos e principalmente conhecimento voltado a área tecnológica.
- 3.2.8 Propiciar formação tecnológica educacional direcionada a professores, educadores e profissionais do meio.
- 3.2.9 Desenvolver projetos de conscientização do uso de meios tecnológicos, identificando os riscos e benefícios que estes proporcionam (palestra, campanhas educacionais, informativos, falas).
- 3.2.10 Criar projetos de material de apoio informativo, como flyer, orientando sobre como fazer bom uso dos meios tecnológicos, voltado para pais e filhos (publicar em redes sociais).
- 3.2.11 Viabilizar, a partir da vigência deste plano, mecanismos de apoio à manutenção da Casa Familiar Rural;
- 3.2.12 Viabilizar, a partir da vigência deste plano, o desenvolvimento de projetos comunitários que busquem a melhoria do meio ambiente, voltados ao incentivo da produção orgânica;
- 3.2.13 Realizar, a partir da vigência deste plano, encontros periódicos com a sociedade civil organizada e as empresas locais, para em conjunto definir quais as áreas que necessitam de mão de obra qualificada e quais os cursos básicos de aperfeiçoamento profissional devem ser ofertados no Município.
- 3.2.14 Disponibilizar, a partir da vigência deste Plano, espaços públicos para a realização de cursos básicos de aperfeiçoamento profissional;
- 3.2.15 Fortalecer, a partir da vigência deste Plano, em parceria com entidades governamentais e não governamentais, a continuação de cursos técnicos e de qualificação profissional (presenciais ou a distância) conforme a demanda do município.
- 3.2.16 Oferecer gradativamente, matrículas na Educação de Jovens e Adultos de forma articulada com a educação profissional, onde o aluno tenha contato com curso



técnicos e profissionalizantes que contribuam para sua formação e que sejam adequados à sua faixa etária e à realidade são-jorgense.

- 3.2.17 Articulação da EJA com o ensino técnico e profissionalizante.
- 3.2.18 Reformulação do currículo e das propostas pedagógicas da EJA em nível fundamental e médio.
- 3.2.19 Buscar recursos financeiros junto aos governantes, para poder ofertar uma EJA integrada de qualidade, estimulante, que forme para a cidadania e qualificação pessoal.
- 3.2.20 Incentivar através de parcerias, cursos como: manicure, maquiagem, depilação, eletricista, corte e costura, crochê, tricô, culinária, informática, entre outros, possibilitando não só a integração da EJA no âmbito escolar, mas oferecendo aos jovens e adultos a oportunidade de se inserir ou melhorar sua situação no mercado de trabalho.

4. EDUCAÇÃO ESPECIAL

4.1 Diagnóstico

No Município há 2.700 pessoas entre 4 e 17 anos, mas não há um diagnóstico preciso da quantidade de deficientes pois alguns casos que na matricula escolar eram considerados deficientes, hoje não é mais. Por exemplo deficiência visual era uma das mais solicitadas mas que com o uso do óculos há uma melhora e não é mais considerado deficiente.

São consideradas deficiências:

- ✓ Autismo clássico
- ✓ Síndrome de Rett
- ✓ Transtornos Mentais de Comportamento.
- ✓ Deficiência Intelectual
- ✓ Surdo cegueira
- ✓ Síndrome de Asperges
- ✓ Altas Habilidades/superdotação
- ✓ Cegueira
- ✓ Surdez

- ✓ Deficiência física
- ✓ Distúrbio de aprendizagem
- ✓ Transtorno desintegrativo da Infância (psicose-esquizofrenia)
- ✓ Transtorno déficit de atenção e hiperatividade
- ✓ Baixa visão
- ✓ Deficiência Múltipla
- ✓ Deficiência Auditiva.

A escola de educação Especial Paulo Freire, fundada em 05 de maio de 1989, mantida pela APAE (Associação de Pais e Amigos do Excepcionais), é uma entidade educacional do município que atende as pessoas com necessidades especiais.

A escola funciona em sede própria desde 1994, a entidade oferece, a Educação Infantil (de 0 a 3 anos e de 4 a 6 anos), atendo com uma turma de seis alunos, onde são trabalhado hábitos diários, vocabulários, sons, pinturas e socialização. Ensino Fundamental (de 6 anos a 16 anos e 11 meses), atendo um total de seis alunos onde são trabalhados os conteúdos de educação infantil mais a alfabetização. Além disso atendemos com quatro turmas de EJA totalizando um total de 55 alunos, nestas turmas do EJA são desenvolvidas diversas atividades como: escrita, leitura, recortes de histórias, percepção, socialização e trabalhos manuais.



Todos os alunos recebem atendimento individualizado de fonoaudiólogo, psicologia, fisioterapia e terapia ocupacional, conforme a necessidade dos mesmos.

A escola conta com a seguinte infra estrutura:

- Uma sala de direção com banheiro em anexo.
- Uma secretaria com banheiro em anexo.
- Uma cozinha com dois depósitos de mantimentos em anexos.
- Um sanitário masculino, um sanitário feminino e um sanitário para os funcionários.
- Uma sala de coordenação pedagógica
- Uma sala para professores, funcionando também como sala de reuniões e auditório com banheiro em anexo.
- Uma sala para educação infantil com banheiro em anexo.
- Uma sala para Ensino Fundamenta com banheiro em anexo.
- Duas salas de aula para EJA com banheiro em anexo.
- Uma sala para atendimento psicológico e fonoaudiológico.
- Uma sala para fisioterapia.
- Uma sala para terapeuta ocupacional.
- Um banheiro com banheira de hidromassagem.
- Uma quadra coberta para atividades de educação física e recreação com banheiro em anexo.
- Uma lavanderia.
- Um barração para educação profissional com banheiro em anexo.
- Área livre para recreação dos alunos com parque e muro em volta.

O corpo docente da escola possui especialização na área proporcionando assim um atendimento de qualidade, sendo quinze professores e uma equipe técnica formada por uma psicóloga (16 horas semanais), uma fisioterapeuta (24 horas semanais), uma fonoaudióloga (16 horas semanais) e uma terapeuta ocupacional (8 horas semanais), duas atendentes, duas serviços gerais, uma merendeira, um motorista, uma diretora e uma secretária.

O transporte oferecido pela escola é adaptado, porem insuficiente devido ao grande número de alunos que necessitam desse atendimento. Por isso alguns alunos usam o transporte público municipal.

Atendimento na rede regula de ensino

Como na escola há um acentuado número de alunos que necessita de intervenção pedagógica diferenciada dos demais, foi necessário a implantação da sala de recursos, iniciando suas atividades no ano de 2004

Na sala de recursos os alunos são atendidos de acordo com um cronograma pré estabelecido, sempre no período oposto a frequência na sala regular. Para ingressar na sala de recursos, o aluno passa por uma avaliação pisco educacional, onde, se for detectada uma acentuada defasagem o mesmo é encaminhado para o ensino especializado. Estes alunos são trabalhados de forma a superar as defasagens, sem discriminação de série. Após considerável evolução, são submetidos a avaliação podendo ser inseridos no ensino regular nas séries em que mais se adaptam. Frequentam atualmente a sala de recursos 9 alunos, destes 4 moram na zona Rural, sendo que 7 utilizam transporte escolar. O tempo de permanência na sala de recursos é de 8 horas semanais.

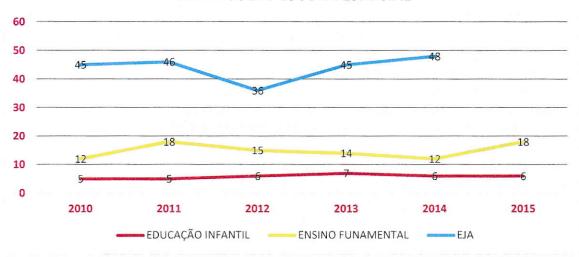
A inter-relação entre as secretarias de Educação, Saúde e Assistência Social, no intuito de garantir um atendimento continuado acontece quando a escola solicita ajuda. Tanto em relação ao educando como também sua família.



Na grande maioria os alunos que frequentam a APAE recebem benefício, perfazendo um total de 55 alunos que recebem auxílio todos os meses.

GRÁFICO 29: Matrículas da Escola Especial.

MATRÍCULAS ESCOLA ESPECIAL



Matrículas Escola Especial - 2015

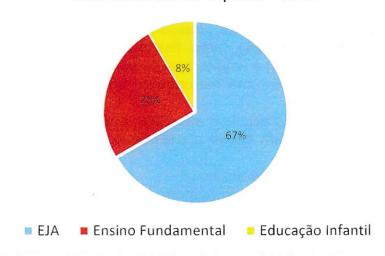
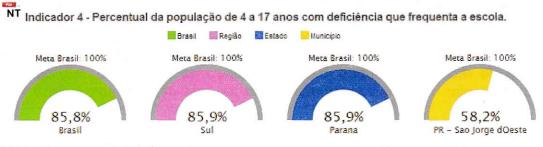


FIGURA 11: Percentual da população de 4 a17 anos com deficiência que frequentam a escola.



Fonte: IBGE/Censo Populacional - 2010

--



4.2 Objetivos e metas

- 4.2.1 Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com eficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.
- 4.2.2 Adequar, a partir da vigência deste plano, gradativamente, em até 5 anos, as instituições de ensino da rede municipal adaptando-as ao atendimento dos alunos com necessidades educacionais especiais, conforme estabelecido nas normas técnicas da legislação pertinente, priorizando as salas de recursos e as escolas de atendimento especializados.
- 4.2.3 Autorizar a partir da vigência deste plano, somente construções de prédios escolar públicos ou privados que estejam em conformidade com os padrões mínimos estabelecidos nas legislações pertinentes para o atendimento dos alunos com necessidades especiais;
- 4.2.4 Viabilizar, a partir da vigência deste plano as adaptações necessárias, ao transporte dos alunos que apresentam dificuldades de locomoção;
- 4.2.5 Assegurar, a partir da vigência deste plano, em parceria com a saúde a ação social, atendimento de profissionais nas áreas de assistência social, fonoaudiologia, psicologia, nutrição e psicopedagogia, aos alunos que necessitam de serviço educacional especializado, bem como dar suporte pedagógico ao professor da rede municipal de ensino;
- 4.2.6 Assegurar, a partir da aprovação deste plano a aplicação anual de testes de acuidade visual e auditiva a todos os alunos da educação infantil e do Ensino Fundamental da rede municipal, em parceria com a área da saúde, de forma a detectar problemas e oferecer apoio adequado aos alunos que necessitam do mesmo.
- 4.2.7 Organizar, a partir da aprovação deste plano, em parcerias com áreas de saúde e ação social programas destinados a ampliar a oferta da estimulação precoce (interação educativa adequada), para as crianças com necessidades especiais matriculadas na Rede Municipal de Ensino e nas turmas de educação infantil.
- 4.2.8 Garantir a partir da aprovação deste plano, na Rede Municipal de Ensino, o ensino da língua Brasileiras de Sinais (LIBRAS) para os alunos surdos e, sempre que possível, para seus familiares e profissionais das unidades escolares, mediante um programa de formação de interpretes.
- 4.2.9 Assegurar a partir da aprovação deste plano, aos alunos de classe regular na Rede Municipal de Ensino, que apresentam dificuldades em sua aprendizagem, avaliações psicopedagógicas, no decorrer do ano letivo, a fim de encaminhá-los o mais breve possível aos serviços adequados.
- 4.2.10 Assegurar, a partir da aprovação deste plano no projeto pedagógico das instituições de ensino da Rede Municipal, a inclusão do atendimento às necessidades educacionais especiais de seus alunos.



- 4.2.11 Proporcionar, após a aprovação deste plano, aos professores e demais profissionais do ensino regular da Rede Municipal, cursos de aperfeiçoamento, qualificação e acompanhamento para atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais inclusos nas salas regulares;
- 4.2.12 Assegurar, a partir da aprovação deste plano, a parceria existente com a Escola Paulo Freire – Educação Infantil, Ensino Fundamental anos iniciais e Educação Profissional/inicial na modalidade de Educação Especial, com a atuação exclusiva em educação especial;
- 4.2.13 Assegurar, a partir da aprovação deste plano anualmente aos profissionais da educação das instituições de ensino da rede municipal, momentos de estudos e troca de experiências, com a finalidade de aprimorar a prática educativa em relação a atuação com alunos com necessidades educacionais especiais, inclusos nas classes regulares;
- 4.2.14 Viabilizar, a partir da aprovação deste Plano, com a Escola Paulo Freire (APAE), o desenvolvimento de projetos que visem a integração dos alunos matriculados na Rede Municipal de Ensino com os alunos da APAE;
- 4.2.15 Viabilizar, a partir da aprovação deste plano, se houver demanda, a reabertura dos Centros de Atendimento aos alunos com deficiência Visual e/ou auditiva na Rede Municipal de Ensino:
- 4.2.16 Assegurar a partir da aprovação deste plano, aos alunos com necessidades especiais que frequentam as escolas da Rede Municipal de Ensino o acesso as novas tecnologias (informática, internet...)



VI - MAGISTÉRIO NA EDUCAÇÃO BÁSICA

- 1. FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO DAS REDES MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO.
 - 1.1 Diagnóstico

1.1.1 Plano de carreira do magistério público municipal

A Lei que assegura o plano de carreira do magistério Público Municipal do professores da educação é a Lei número 59/05, de dezesseis de dezembro de 2005. Segundo esta lei, o ingresso na carreira acontece de acordo com a habilitação mínima, ou seja, ensino médio, na modalidade normal. Os níveis de titulação da carreira são: médio, superior, especialização e mestrado. A jornada de trabalho é de 20 horas semanais e o percentual de hora atividade é de 20%. A progressão e horizontal e a substituição são por meio de turno suplementar é de contratos via CIEE (centro de integração empresa-escola.

A tabela de vencimentos do professor é composta por 4 níveis; associados aos critérios de titulação ou certificação. Cada um destes níveis estrutura-se em 20 classes, associadas ao critério de tempo de serviço e participação em atividades de formação ou qualificação profissional. Em um mesmo nível há uma diferença percentual de 2% entre uma classe e outra na seguinte proporção:

- O valor do vencimento do nível II é 12% superior ao valor do vencimento do nível I.
- O valor do vencimento do nível III é 12% superior ao valor do vencimento do nível II.
- O valor do vencimento do nível IV é 15% superior ao valor do vencimento do nível III.
- O cargo de professor é suprido por concurso público com validade de 2 anos, podendo ser prorrogado, por uma única vez por igual período. O último concurso público realizado no município foi em 29 de março de 2015, onde foram abertas 15 vagas.

A promoção na carreira "que é a passagem de um nível para o outro mediante titulação ou certificação acadêmica na área de educação" é oportunizada anualmente e ocorre de duas formas:

- ✓ Por merecimento, a cada dois anos, mediante titulação ou certificação em atividades de formação e/ou capacitação profissional relacionadas a educação infantil e aos anos iniciais do ensino fundamental;
- ✓ Por tempo de serviço concedida a cada dois anos de efetivo tempo de serviço público municipal, cumpridos pelo professor.
- ✓ Por tempo de serviço concedida a cada cinco anos de efetivo tempo de serviço público municipal, cumpridos pelo professor.

As licenças concedidas aos profissionais da educação são: em caso de maternidade/adoção, para tratamento de saúde, em caso de paternidade, por doação, por motivo de doença na família, por afastamento do cônjuge, para prestar serviço militar, para



prestar atividade política, para tratar de assuntos particulares, para desempenho de mandato classista e a licença especial.

1.1.2 Profissionais da educação

Os demais trabalhadores de serviços gerais e auxiliares administrativos, lotados no órgão municipal de educação, tem seus direitos garantidos no estatuto do servidor.

A grande maioria participa das reuniões organizadas pela equipe diretiva, bem como dos cursos de capacitação oferecidos pelo órgão municipal de educação que oportuniza a todos os professores o mínimo de 80 horas anuais.

Dos 101 profissionais que integram a rede municipal de ensino 25 atuam na educação infantil, 54 nos anos iniciais do ensino fundamental, 10 atuam na direção das escolas, 7 ocupam a função de suporte pedagógico nas escolas e 5 integram a equipe pedagógica da secretaria municipal de educação.

Devido a rotatividade de profissionais na rede estadual fica difícil afirmar o número exato de professores, girando em torno de 100, distribuídos em 7 escolas. Todos possuem graduação na sua maioria com especialização.

FIGURA 12: Percentual de professores da Educação Básica

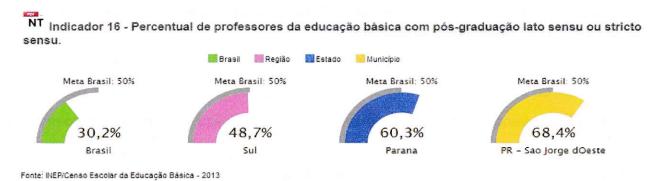


GRÁFICO 30: Nível de escolaridade dos professores da rede municipal de ensino, 2015.

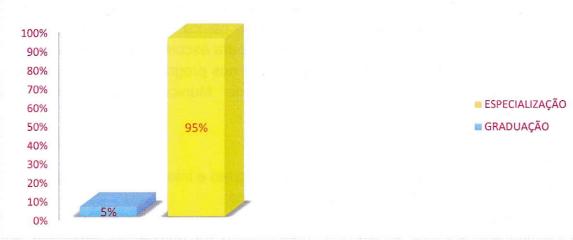




Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2015.

GRÁFICO 31: Nível de escolaridade dos professores da rede estadual de ensino, 2015.

Formação dos professores Estaduais



Fonte: Escolas Estaduais, 2015.

1.2 Objetivos e Metas

- 1.2.1 Incentivar para que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.
- 1.2.2 Incentivar, em nível de pós-graduação, para que os professores da educação básica, tenham formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.
- 1.2.3 Valorizar os(as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica, de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos(as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PME.
- 1.2.4 Viabilizar, a partir da vigência deste Plano, a revisão periódica do Plano de Carreira do magistério público municipal, contemplando níveis de renumeração, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação, garantindo:
 - a) Cargo de professor com funções de magistério;
- b) Requisito mínimo para o exercício de funções de suporte pedagógico: experiência de, no mínimo dois anos de docência; graduação em Pedagogia ou em nível de pósgraduação (art. 93/94/96) para o exercício da função de Supervisão Escolar e Orientação Educacional;
 - c) níveis de acordo com a habilitação;
 - d) Ingresso na carreira de acordo com a habilitação;
 - e) Jornada de 20 horas semanais;
- f) Hora atividade para os profissionais no exercício da docência, até o final do primeiro ano de vigência do Plano 27% e até o quinto ano com um mínimo de 33% da carga horária;



- g) Regime suplementar aos professores que não estejam em acúmulo de cargo, ou função pública, até o máximo de 20 horas semanais;
- h) Gratificação pelo exercício de suporte pedagógico na secretaria Municipal de educação com percentual de 10%;
- i) Mudança de nível de acordo com a habilitação de forma automática, vigorando no mês subsequente àquele e que o interessado apresentar comprovante da nova habilitação;
- j) Proporcionar aos servidores da educação básica um auxílio transporte quando o mesmo residir na cidade e precisar locomover-se para escolas rurais do município. *
- 1.2.5 Assegurar, a partir da vigência deste Plano nos programas e cursos de capacitação dos profissionais de educação da Rede Municipal de ensino, temas que contemplem:
 - a) Educação Especial;
 - b) Alfabetização;
 - C) Oficina de matemática com material concreto e interpretação de textos;
 - d) História da cultura afro-brasileira e africana;
 - e) Ensino Religioso.
- 1.2.6 Assegurar, a partir da vigência deste Plano no mínimo de 80 horas anuais de formação/capacitação continuada aos profissionais da educação da rede municipal de Ensino, por meio de seminários, palestras, cursos, conferências garantido uma constante discussão sobre a prática educativa.
- 1.2.7 Estabelecer, a partir do primeiro ano de vigência deste plano mecanismos de incentivos, para que os serventes de limpeza, merendeiras e auxiliares administrativos da Rede municipal de Ensino aumentem o seu grau de escolaridade.
- 1.2.8 Avaliar, a partir da vigência, permanentemente, com os professores da rede municipal de ensino, quais as áreas do conhecimento necessitam de oferta de formação continuada.
- 1.2.9 Assegurar, a partir do primeiro ano de vigência deste plano que a tabela do vencimento do professor passe de 20 para 25 classes e até o final do quinto ano de vigência deste Plano que passem a ter 30 classes. *
- (*) O cumprimento deste Objetivo/Meta, depende dos programas e/ou verba orçamentário do Município.



VII - FINANCIAMENTO E GESTÃO

1. FINANCIAMENTO E GESTÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

1.1 Diagnóstico

 \cap

1.1.1 Financiamento

A aplicação dos recursos públicos em educação no Brasil é regulamentada por meio da constituição federal e de legislações infraconstitucionais específicas. Atualmente (2015), a sua composição é integrada por um percentual mínimo vinculado dos recursos provenientes de impostos (e compensações derivadas, como é o caso da Lei Kandir) arrecadados pelos municípios, estados ou pela união. Para os estados e municípios, o mínimo legal é de 25% e para a união de 18%.

Esses recursos públicos destinados à educação são originários de:

- Receita de impostos próprios da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- Receita de transferências constitucionais e outras transferências;
- Receita da contribuição social do salário-educação e de outras contribuições sociais;
- Outros recursos previstos em lei.

Em São Jorge D'Oeste a arrecadação de impostos tem se mantido estável com as transferências correntes, do FPM (Fundo de Participação dos Município) e o ICMS (Imposto sobre circulação de Mercadorias e Serviços), conforme tabela 10.1.

Há também alguns acréscimos provenientes de financiamentos de algumas ações ou programas do Governo Federal, tais como:

- PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar);
- PNAC (Programa Nacional de Alimentação Escolar para a Creche);
- PNAP (Programa Nacional de Alimentação Escolar pré-escola);
- PNATE (Programa Nacional de Transporte Escolar).

Os recursos financeiros da educação estão distribuídos em contas bancárias específicas, ou seja estão distribuídas por fontes de recursos conforme determina a legislação vigente, e a aplicação dos mesmos está a cargo da Secretaria Municipal de Educação, que tem autonomia para aplicar de acordo com as necessidades, os programas e projetos implementados pela mesma.

Quanto aos recursos do salário-educação, estes estão sendo aplicados principalmente em investimentos, ou seja, em aquisição de equipamentos, ou ampliação e reforma das unidades educacionais.



TABELA 18: Recursos públicos destinados à educação, 2012, 2013 e 2014

Títulos Orçamentários	Valores em reais R\$			
	2012	2013	2014	
Impostos	758.909,35	1.027.294,06	1.524.187,06	
Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU)	72.147,28	85.566,31	104.089,87	
Imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza	279.953,94	421.188,19	543.726,21	
Imposto sobre transmissão de bens imóveis (ITBI)	169.755,58	210.243,16	271.485,51	
Împosto sobre serviços (ISS)	237.052,55	310.296,40	604.885,47	
Receita Patrimonial	71.245,78	63.455,50	90.750,51	
Remuneração Depósitos Especiais (FUNDEB)	4.839,98	18.218,75	19.528,57	
Remuneração Depósitos Especiais – Educação	66.405,80	45236,75	71.221,94	
Transferências Correntes	23.385.749,76	26.727.824,83	27.878.516,05	
Cota Parte do Fundo de Participação dos Municípios (FPM)	6.058.493,42	6.747,811,49	7.303,.044,54	
Cota parte do Imposto Territorial Urbano (IPTR)	21.720,30	26.616,14	27.998,64	
Transferência Financeira LC 87/96	178.816,68	176.919,71	79.759,68	
Cota parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	16.358.049,94	18.848.118,94	19.504.592,75	
Cota parte Do Imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA)	476.834,28	622.805,62	637.872,76	
Cota parte do IPI-Exportação (Imposto sobre Produtos Industrializados)	291.835,14	305.552,93	352.247,68	
Outras receitas correntes	44.497,77	81.550,35	48.061,10	
Multas e Juros de Mora dos tributos	1.718,48	6.955,57	8.121,78	
Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	5.674,86	28.381,65	14.778,14	
Receita de Dívida Ativa Tributária	37.104,43	46.213,13	25.161,18	
Cancelamento de resto a pagar	0,00	0,00	0,00	
Total	24.260.402,66	27.900.124,74	29.541.514,72	

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças, 2015

TABELA 19. Convênios, 2012-2014

	Valores em R\$ 1,00			
TIPOS	2012	2013	2014	
PNAE – Fundamental e Creche	65.232,00	107.304,00	72.396,00	
PNAP – Pré –Escola	0,00	0,00	2.772,00	
PNATE – Fundamental	79.450,43	80.860,24	68.978,40	
Quota Salário – educação	178.640,35	201.131,09	246.556,68	
PDDE (Programa Dinheiro Direto na	1.150,40	2.960,00	1.260,00	
Escola) das Escolas Municipais que não				



possuem APMF.			
PAR – Ônibus escolares	0,00	892.560,00	0,00
PAR – Infra Estrutura escolar Mob.		91.826,54	
Infância			
FNDE – Brasil Carinhoso	9.539,88		14.284,81
Transporte escola Estadual – PETE	124.013,52	121.533,23	137.440,56
PAR – Construção Creche	602.910,00		
PAR – Construção Escola			701.202,45
TOTAL	1.060.936,58	1.498.175,10	1.244.890,90

FONTE: Departamento de Contabilidade e Finanças

Os recursos do FUNDEB têm se apresentados suficientes para o pagamento da folha dos profissionais da educação, porém estamos utilizando praticamente 100% da desta receita para os pagamentos acima citados.

Com relação ao pagamento dos profissionais da educação aposentados, a partir da extinção do Fundo Municipal de Previdência, o pagamento dos mesmos ocorre por conta dos recursos do próprio tesouro municipal.

TABELA 20: Receitas da Educação, 2012 - 2014

RECEITAS	2012	2013	2014
FUNDEB	1.865.817,02	2.428.043,37	2.559.900,30
25%	261.718,63	340.460,00	2.101.479,62
5%	1.170.576,97	1.395.889,69	464.047,05
Remuneração Depósitos especiais – FUNDEB	4.839,98	18.218,75	19.528,57
Remuneração Depósitos Especiais – Educação	71.245,78	45.236,75	71.221,94
Convênios	1.060.936,58	1.498.175,10	1.244.890,90
TOTAL	4.435.134,96	5.726.023,66	6.461.068,38

Fonte: Departamento de Contabilidade e Finanças

TABELA 21: Despesas da Educação, 2012 - 2014

DESPESAS	2012	2013	2014
FUNDEB	1.814.355,05	2.329.487,18	2.512.016,89
Ensino Fundamental	3.449.591,66	2.709.724,64	3.928.572,54
Educação Infantil	173.498,04	182.893,28	166.165,40
Educação Especial	0	0	0
Convênios	1.178.048,32	1.444.987,34	756.534,48
	6.615.493,07	6.667.092,44.	7.363.289,31
TOTAL			

Fonte: Departamento de Contabilidade e Finanças

TABELA 22: Percentuais de despesas sobre as receitas, 2012 - 2014

Receitas x Despesas	2012	2013	2014
Total de Receitas Vinculadas à	4.435.134,96	5.726.023,66	6.461.068,38
Educação			90
Total de Despesas com Educação	6.615.493,07	6.667.092,44	7.363.289,31
Percentual de Despesas sobre as Receitas	49,16	16,44	13,96%

Fonte: Departamento de Contabilidade e Finanças

1.1.2 Gestão

1.1.2.1 Órgão Municipal de Educação

A educação no Município está organizada em rede, com competências definidas de acordo com o setor. O órgão municipal de educação responsável pelas ações de educação é a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes que está localizada junto à Prefeitura Municipal, em salas próprias, cujas condições atendem de forma parcial as reais necessidades da Secretaria em termos de espaço físico.

No que tange as condições técnicas, encontra-se equipada com os devidos recursos tecnológicos e humanos para o perfeito desenvolvimento de suas atividades, possuindo computadores conectados à internet, com impressora e ramal telefônico. Também tem à disposição um carro para o deslocamento da Equipe.

Quanto à organização, encontra-se divida em departamento de Educação, Cultura e Departamento de Esportes. O Departamento de Educação e Cultura subdivide-se em divisões de educação e cultura. (segundo Organograma)

Em termos de quantidade, o número de profissionais pode ser considerado adequado, porém, há necessidade da ampliação de profissionais para auxiliar na execução de atividades relacionadas aos sistemas online, tanto na esfera Federal quanto na Estadual (PAR/SIMEC/SIGET/SISCORT), bem como do financeiro e administrativo, pois além destas funções citadas, a Equipe deve exercer a verdadeira função pedagógica que é a de acompanhamento e supervisão escolar.

Também integram a equipe: uma documentadora escolar, uma coordenadora da merenda escolar, um nutricionista e um psicólogo.

FIGURA 13: Organograma da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte.



Fonte: Equipe da Secretaria Municipal, Cultura e Esportes, 2015

A Secretaria Municipal de Educação possui autonomia na gestão financeira. Bem como delega autonomia administrativa às unidades escolares, na qual os diretores são escolhidos a cada 3 anos por consulta pública. No entanto, os recursos financeiros não são descentralizados, uma vez que as compras necessárias a cada unidade escolar são feitas pela própria secretaria que repassa os materiais para as escolas.

1.1.2.2 **PROJETOS**

Os principais projetos desenvolvidos na Rede Municipal de Ensino, tanto pela Secretaria Municipal de Educação, quanto pelas escolas são:

- Oficinas Pedagógicas, com aulas de arte circense, música, pintura, teatro e esportes;
- Escola em Tempo Integral, iniciada em 2008 na Escola Municipal Nossa Senhora da Lapa;
- Reformas da Rede física;
- Capacitação continuada;
- Avaliação periódica dos alunos;

1.1.2.3 PROGRAMAS

Os órgãos colegiados existentes na área da educação são: o Conselho do FUNDEB, criado pela lei número 153/2007, de 16 de maio de 2007, e o conselho de alimentação escolar, criado pela lei número, de 30 de maio de 1997 e que são responsáveis por verificar o andamento dos principais programas da educação, tais como a merenda escolar e o transporte escolar.

O programa dinheiro direto na escola (PDDE), tem como finalidade prestar assistência financeira em caráter suplementar às escola públicas do ensino fundamenta das redes Estaduais, Municipais e do Distrito Federal e às escola privadas de educação Especial mantidas por entidades, sem fins lucrativos, registradas no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) como beneficentes de assistência social, ou outras similares de atendimento direto e gratuito ao público. Objetivo desta assistência financeira é a melhoria da infraestrutura física e pedagógica, o reforço da auto gestão escolar nos planos financeiros, administrativo e didático e a elevação dos índices de desempenho da educação básica. Os recursos são transferidos independentemente da celebração de convênio ou instrumento congênere, de acordo com o número de alunos extraídos do censo escolar do ano anterior ao do repasse, e destinam-se à cobertura de despesas de custeio, manutenção e pequenos investimentos. Os valores repassados de 2006 a 2008, para as escolas da rede municipal de ensino foram:

TABELA 23: Valores repassados às escolas municipais pelo PDDE, 2012 – 2014

Instituição de ensino	Valores em R\$ 1,00		
	2012	2013	2014



1. Escola Municipal Ciranda da Vida / La	1.150,40	2.960,00	1.260,00
Salle	1.100,10	2.000,00	1.200,00
2. Escola Municipal Nossa Senhora da	10.730,20	4.540,00	8,42
Lapa			
Escola Municipal professor Jorge	10.696,60	4.620,00	0,00
Guimarães			
4. Escola Municipal São Jorge	4.816,70	8.700,00	3.920,00
5. Escola Municipal Sant"Ana	836,60	2.220,00	1.090,00
9 Creche Municipal Guimarães Jorge	1.580,00	2.480,00	1.300,00
TOTAL	29.810,50	25.520,00	7.578,42

Fonte: FNDE (consulta no site WWW.fnde.gov.br)

O Programa Nacional da Biblioteca da Escola (PNBE), criado desde 1997 pelo MEC, procura, por meio da distribuição de acervos de obras de literatura de pesquisas e de referências, proporcionar o acesso à cultura e à informação e o incentivo à formação do hábito da leitura dos alunos, nos professores e na população em geral. Pelo programa são atendida as escolas de Ensino Fundamental, Educação Infantil e Ensino Médio. Os acervos são compostos por textos em verso (poemas, quadras, parlendas, cantigas, travalínguas e adivinhas), em prosa (pequenas histórias, novelas, contos, crônicas, textos de dramaturgia, memórias, biografias), livros de imagens e de histórias em quadrinhos, entre os quais se incluem obras clássicas da literatura universal adaptadas ao público da Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental.

O programa nacional do Livro Didático (PNLD) tem como objetivo prover as escolas da redes federal, estadual e municipal com obras didáticas de qualidade. Os livros didáticos são distribuídos gratuitamente para os alunos de todos os anos da Educação Básica da Rede Pública. Também beneficiados, por meio do programa do livro didático em braile, os estudantes cegos ou com deficiência visual, os alunos das escolas públicas e de Educação Especial e das Instituições privadas definidas pelo censo escolar como comunitárias e filantrópicas. Cada aluno do Ensino Fundamental tem direito a um exemplas das disciplinas de língua portuguesa, matemática, ciências, história e geografia. Além destes livros os estudantes do primeiro ano recebem uma cartilha de alfabetização.

O Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) foi instituído em 2004, com o objetivo de garantir o acesso e a permanência, nos estabelecimentos escolares, dos alunos do Ensino Fundamental público, residentes em área rural que utilizem transporte escolar, por meio de assistências financeira, em caráter suplementar, aos Estados, Distrito Federal e Municípios. A transferência de recursos financeiros é automática, não havendo a necessidade de convênio ou outro instrumento congênere, e é destinado para custear as despesas dos veículos com reforma, seguros, licenciamento, impostos e taxas, pneus, câmaras, serviços de mecânica e freio, suspenção, câmbio, motor, elétrica e funilaria, recuperação de acentos, combustível e lubrificantes, e para o pagamento de serviços contratados junto a terceiros para o transporte escolar ou, no que couber, da embarcação utilizada para o transporte dos alunos. Os valores transferidos são feitos em 9 parcelas anuais, de março a novembro.

A frota de transporte escolar em São Jorge D'Oeste é constituída por veículos próprios (onze ônibus) e veículos terceirizados (dois ônibus, uma Kombi e uma Van) por



meio de processo licitatório sendo que o custo anual total para o atendimento entre os anos de 2011 a 2014, foram os seguintes:

TABELA 24: Despesas com transporte escolar, 2011-2014

Ano	Total da Despesas	Receita – Convênios	Receita – Próprios	% receita – Próprios
2011	465.867,59	202.735,15	263.132,54	56,48%
2012	721.026,49	198.404,72	522.621,77	72,48
2013	583.058,37	193.872,23	389.186,14	66,75%
2014	838.580,82	225.917,33	612.663,49	73,06%

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças, 2014

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) tem como objetivo o de atender as necessidades nutricionais dos alunos durante a permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar, bem como promover a formação de hábitos alimentares saudáveis. Garante, por meio da transferência de recursos financeiros, a alimentação escolar dos alunos da educação infantil (em Creches e Pré-Escola) e do ensino Fundamental, matriculados em escolas públicas e filantrópicas. Atualmente, o valor repassado pela União a estados e municípios por dia letivo para cada aluno é definido de acordo com a etapa e modalidade de ensino:

Creches: R\$ 1,00Pré-escola: R\$ 0,50

Escolas indígenas e quilombolas: R\$ 0,60

Ensino fundamental, médio e educação de jovens e adultos: R\$ 0,30

· Ensino integral: R\$ 1,00

• Alunos do Programa Mais Educação: R\$ 0,90

 Alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado no contraturno: R\$ 0,50

Com base no número de alunos no censo escolar realizado no ano anterior ao do atendimento. O programa é acompanhado e fiscalizado diretamente pela sociedade, por meio do conselho de Alimentação Escolar (CAE), pelo FNDE, pelo Tribunal de Contas da União (TCU) pela Secretaria Federal de Controle Interno (SFCI) e pelo Ministério Público.

Desde 2006 a Secretaria Municipal de Educação conta com uma Nutricionista que elabora o cardápio semanal, orienta e supervisiona as merendeiras e também oferece cursos de capacitação para as mesmas. A merenda é preparada nas próprias escolas e a Secretaria conta com uma coordenadora da merenda que faz as entregas nas escolas com veículo apropriado (Fiorino). Também conta com a panificadora própria onde são preparados os pães e algumas massas consumidas nas escolas. A merenda escolar está totalmente municipalizada, em virtude disso além dos valores transferidos pelo governo Federal e Estadual para cobrir as despesas há ainda complementação municipal por meio do programa Fome Zero (produtos adquiridos diretamente de produtores rurais).



TABELA 25: Gastos com merenda escolar, 2011 – 2014

Ano	Valor Total	Repasse Federal	% investimento pela prefeitura
2011	339.472,46	53.042,18	84.38%
2012	319.039,12	67.042,41	78,99%
2013	352.547,40	87.659,99	74,57%
2014	428.524,08	93.681,87	78,14%

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças, 2014.

O Programa Nacional de Saúde na Escola(PNSE) concede aos município apoio financeiro, em caráter suplementar, para a realização de consultas oftalmológicas, aquisição e distribuição de óculos para os alunos com problemas visuais matriculados no primeiro ano do Ensino Fundamental público das redes municipais e estaduais. A partir de 2005, o programa tem atendimento ampliado, com a realização também de consultas médicas (diagnósticos clínico) e fonoaudiológica (audiometria) para os alunos beneficiados. Em São Jorge D'Oeste a administração Municipal adquiriu um odontomóvel para atender todos os alunos da rede municipal de ensino.

O programa Nacional de Renda Mínima vinculada à educação – Bolsa Família, é um programa de complementação de renda, tendo como objetivo elevar o bem estar de famílias carentes e incentivar a escolarização de seus filhos ou dependentes.

1.2 Objetivos e metas

- 1.2.1 Assegurar condições, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.
- 1.2.2 Garantir, a partir da vigência deste plano, o rigoroso cumprimento do artigo 212 da Constituição Federal em termos de aplicação dos percentuais mínimos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino.
- 1.2.3 Assegurar a partir da vigência deste plano mecanismos destinados ao cumprimento previsto na legislação educacional que definem os gastos que podem e os que não podem ser incluídos como manutenção e desenvolvimento do ensino.
- 1.2.4 Garantir nos próximos plurianuais, a previsão de suporte financeiro às metas constantes neste plano municipal de educação.
- 1.2.5 Realizar, a partir da aprovação deste plano, campanhas educativas para a conscientização da população quanto à importância em se pagar os impostos em dia;
- 1.2.6 Assegurar, durante a vigência deste plano mecanismos que zelem pela transparência da gestão pública na área da educação, garantindo o funcionamento efetivo autônomo e articulado dos conselhos de controle social existente no município.
- 1.2.7 Garantir, a partir da vigência deste plano, a plena autonomia do dirigente municipal de educação na gestão dos recursos vinculados à educação.
- 1.2.8 Promover, a partir do primeiro ano de vigência deste plano a regulamenta dos padrões mínimos de infraestrutura das instituições escolares da rede municipal de



- 1.2.23 Definir, a partir da aprovação deste plano, como parâmetro para a admissão dos profissionais da educação não-docentes na Rede Municipal de Ensino, a habilitação inicial em nível médio, como forma de incentivar a elevação do nível de escolaridade da população em geral.
- 1.2.24 Realizar, a partir da aprovação deste plano, uma ampla campanha de escolarização para os funcionários da Rede Municipal de ensino e do serviço público Municipal que não possuem a Educação Básica, incentivando-os a cursarem a EJA.
- 1.2.25 Manter, a partir da vigência deste plano, a complementação da merenda escolar da Rede Municipal de Ensino, com alimentos naturais e com nutrientes saudáveis e adequados ao desenvolvimento intelectual e prevenção de problemas de saúde, com supervisão de nutricionista. *
- 1.2.26 Manter a partir da vigência deste plano, as parcerias com a secretaria municipal de Saúde e Ação Social, para atendimento dos alunos da Rede Municipal de Ensino.
- 1.2.27 Assegurar e ampliar, a partir da vigência deste plano, em até cinco anos o atendimento em tempo integral em todas as escolas da Rede Municipal de Ensino.
- 1.2.28 Manter, a partir da vigência deste plano os programas de superação do analfabetismo no município, garantindo aos jovens e adultos, o acesso ao ensino Fundamental por meio de programas específicos de acordo com a realidade local. */**
- 1.2.29 Implantar, a partir da vigência deste planos, no prazo de até cinco anos, o Fundo Rotativo Municipal, por meio de repasse de recursos diretamente às escolas Municipais, para que possam efetuar o pagamento de pequenas despesas, visando maior autonomia na gestão das mesmas.
- (*) o cumprimento deste objetivo/meta depende da colaboração da União.
- (**) o cumprimento deste objetivo/meta depende da colaboração do Estado.



VIII - ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO

A implantação com sucesso, do Plano Municipal de Educação – PME no Município de São Jorge, depende não somente da mobilização e vontade política das forças sociais e institucionais, mas também de mecanismos e instrumentos de acompanhamento e avaliação nas diversas ações a serem desenvolvidas no ensino, durante os dez anos de sua vigências.

A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, na figura do dirigente municipal de educação, e o Conselho Municipal de Educação são responsáveis pela coordenação do processo de implantação e consolidação do plano, formando em conjunto, o "Grupo de Avaliação e Acompanhamento do PME". Desempenhará também um papel essencial nessas funções, o Poder Legislativo, o Poder Judiciário e a Sociedade Civil organizada. Assim, sob uma ótica ampla e abrangente, o conjunto das instituições envolvidas, sejam elas governamentais ou não, assumirá o compromisso de acompanhar e avaliar a diretrizes, os objetivos e as metas aqui estabelecidas, sugerindo sempre que necessário, as intervenções para correção ou adaptação no desenvolvimento das metas.

Os objetivos e as metas deste plano somente poderão ser alcançados se ele for concebido e acolhido como plano do município, mais do que plano de governo e, portanto assumido como um compromisso da sociedade para consigo mesmo. Sua aprovação pela câmara municipal, o acompanhamento e a avaliação pelas instituições governamentais e pela sociedade civil, são fatores decisivos, para que a educação produza a grande mudança no panorama do desenvolvimento educacional, propiciando a inclusão social e a cidadania plena.

É fundamental que a avaliação seja efetivamente realizada, de forma periódica e contínua e que o acompanhamento seja voltado à análise de aspectos qualitativos e quantitativos do desempenho do PME, tendo em vista a melhoria e o desenvolvimento do mesmo.

Para isto deverão ser instituídos mecanismos de avaliação e acompanhamento, necessários para monitorar continuamente, durante os 10 anos de vigência, a execução do PME. Estes mecanismos devem ser:

- De aferição quantitativa: que controle estatisticamente o avanço do atendimento das metas, observando-se os prazos estabelecidos ano a ano;
- De aferição qualitativa: que controle o cumprimento das metas, observando além dos prazos as estratégias de execução das ações para medir o sucesso da implementação do PME.

A primeira avaliação técnica será realizada no segundo ano após sua implantação e as posteriores a cada dois anos.

Além da avaliação técnica, realizada periodicamente, poderão ser feitas avaliações contínuas, com a participação das comissões de elaboração do PME, com a sociedade



civil organizada, por meio de conferências, audiências, encontros e reuniões, organizadas pelo grupo de avaliação e acompanhamento.

Os instrumentos de avaliação instituídos como o SAEB, o ENEM, a Prova Brasil, o Censo Escolar e os dados do IBGE, são subsídios e informações necessárias ao acompanhamento e a avaliação do PME, os quais devem ser analisados e utilizados como meio de verificar se as prioridades, metas e objetivos propostos no PME estão sendo atingidos, bem como se as mudanças necessárias estão sendo implementadas.



DOCUMENTOS CONSULTADOS

- Constituição Federal de 1988.
- Deliberação nº 003/1999 do Conselho Estadual de Educação. Institui normas para a Educação Infantil no Sistema Estadual de Ensino do Paraná.
- Deliberação nº 02/2005 do Conselho Estadual de Educação. Institui normas para a Educação Especial na Modalidade da Educação Básica para Alunos com Necessidades Educacionais Especiais no Sistema de Ensino do Estado do Paraná.
- Lei nº 9394/96, de 23 de dezembro de 1996. Diretrizes e bases da educação Nacional (LDBEN).
- Lei nº 11.494/07 que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica- FUNDEB.
- Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação.
- Lei municipal 59/05, de 16 de dezembro de 2005, que institui o Plano de Cargos, carreira e remuneração do Magistério Público Municipal.
- Lei Orgânica do Município de São Jorge D'Oeste.
- Lei Municipal nº 275/2008, de 01 de dezembro de 2008, que dispõe sobre o Plano Plurianual.
- Plano Estadual de Educação do Paraná. Versão Preliminar de abril de 2015.

11



SITES CONSULTADOS

- WWW.ampr.org.br
- WWW.fnde.gov.br
- WWW.ibge.gov.br
- WWW.inep.gov.br
- WWW.maplink.uol.com.br
- www.educadores.diaadia.pr.gov.br
- WWW.seed.pr.gov.br
- WWW.senarpr.org.br
- WWW.convivaeducacao.org.br
- www.mec.gov.br
- www.ipardes.gov.br